

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita tem novo recorde de arrecadação.....4

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Santos: apreendida 1,2 t de droga que ia para Espanha.....6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal é recorde e vai a R\$ 203 bi em setembro.....7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Crise climática é oportunidade para o brasil.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo afasta cobrança de Imposto de Renda sobre antecipação de herança.....10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Zema quer barrar novo DPVAT, que é de competência da união.....12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Leilão da folha do INSS tem 26 bancos credenciados.....14

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mapeamento de novos produtos e regiões turísticas impulsionam geração de emprego e renda no país.....15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Presente de grego (Editorial).....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Pisos para Educação e Saúde terão de mudar, afirma relator da LDO.....18

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Renúncia fiscal será de R\$ 13,3 bi.....19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento de impostos traz preocupação ao setor hoteleiro.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga apresenta nesta quarta-feira plano para regulamentar reforma - FERNANDO EXMAN.....21

PORTAL UOL - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dizer que taxar lucros de milionário vai dar em fuga de capitais é conversa.....22

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Só há 9 servidores para fiscalizar distribuição de energia no Brasil..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas podem afetar comércio e reduzir crescimento, diz FMI..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É o fiscal, pateta! (Artigo)..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Se eleita, Kamala deve atrair simpatia de empresários nomeando equipe centrista..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apoio de bilionários a Trump tem raiz mesquinha..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Campos Neto fala em choque fiscal..... 35

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI prevê que PIB do Brasil crescerá 3% este ano..... 36

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Aplicações e resgates registram recorde..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Indústria do País sobe 30 posições e chega a 40º lugar em ranking mundial..... 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Melhor apagar logo o incêndio - ZEINA LATIF..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Salto no turismo internacional eventos promovem imagem do brasil..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brasil tem de recompor base fiscal, diz Haddad..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estatais federais podem ter neste ano pior déficit desde 2014..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

País pode superar meta e receber 10 milhões de turistas em 2027..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Resistência da economia global surpreende (Artigo)..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

As razões para os juros altos no Brasil - PALAVRA DO CONSULTOR..... 55

Quarta-Feira, 23 de Outubro de 2024

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO
ECONOMIA

O pessimismo crônico mais uma vez cai por terra (Editorial) 57

Receita tem novo recorde de arrecadação

» **FERNANDA STRICKLAND**

A arrecadação de impostos e contribuições federais no Brasil somou, em setembro, R\$ 203,2 bilhões, alcançando novo recorde histórico. De acordo com dados divulgados ontem pela Receita Federal, o montante arrecadado ao longo do ano já ultrapassa R\$ 1,934 trilhão.

Foi a primeira vez, em 30 anos, que o recolhimento superou a marca de R\$ 200 bilhões em um único mês. Na comparação com setembro do ano passado, quando a Receita arrecadou R\$ 174,3 bilhões, houve um aumento nominal de 16,5%, reflexo do aquecimento da economia e do impacto de medidas recentes de fiscalização e recuperação de créditos tributários.

"O acréscimo observado no período pode ser explicado pelo comportamento das variáveis macroeconômicas, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior", aponta o relatório da Receita.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, a tendência é de que a arrecadação siga crescendo até dezembro. "Como a arrecadação tem um reflexo direto do desempenho da atividade econômica, as perspectivas são nesse sentido de que até o final do ano ficamos ficaremos aí nessa faixa de variação da arrecadação, ou em torno de 10%, um pouquinho abaixo, um pouquinho acima", disse Malaquias.

contas públicas Especialistas veem como positivo o desempenho da arrecadação, uma vez que o governo busca equilibrar suas contas e ampliar os investimentos em áreas prioritárias, como saúde e educação. No entanto, alertam que arrecadação precisa ser sustentável. "Parte desse crescimento foi impulsionado por receitas extraordinárias.

Assim, essa dependência cria incerteza sobre a capacidade de manter o equilíbrio fiscal no longo prazo, uma vez que tais receitas não são recorrentes", avalia o economista Bruno Rocio Rocio.

Ele observa que somente mudanças mais permanentes daria tranquilidade em relação ao cumprimento da meta de superavit primário. "Na prática, a sustentabilidade fiscal no longo prazo depende de uma combinação de reformas estruturais

como a reforma tributária e reforma administrativa", pontuou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impresa/6571/23-10-2024>.

Dinheiro nos cofres

Em setembro:	R\$ 203.169
Alta em relação a setembro de 2023	16,55%

No ano:	R\$ 1,934 trilhão
Alta em relação a jan/setembro de 2023	14,33%

Receitas que mais aumentaram:

I. Importação/IPI-vinculado	25,59%
IPI - Exceto vinculado	26,87%
IRRF - rendimentos no exterior	19,08%
Cofins/pis-pasep -	19,29%
IRRF-rendimentos de capital	18,71%

Fonte: Receita Federal

Santos: apreendida 1,2 t de droga que ia para Espanha

CAIO POSSATI

A Polícia Federal e a **Receita Federal** realizaram anteontem a apreensão de mais de 1,2 tonelada de cocaína no Porto de Santos, que seria levada para a Espanha, chegando via Porto de Málaga. A droga foi encontrada dentro de um contêiner, misturada com toneladas de sucatas metálicas.

Segundo a **Receita Federal**, que localizou a droga em caixas metálicas, dentro de um contêiner com 24 toneladas de sucata, foi a maior apreensão desse tipo no ano em Santos.

Para encontrar os entorpecentes, a Receita se baseou em novos parâmetros inseridos nos sistemas de gestão de riscos, que permitiram uma seleção mais precisa de cargas suspeitas - e bloqueou as sucatas metálicas que estavam acomodadas em cinco contêineres.

Também foi realizada análise das imagens de scanner feitas nos contêineres suspeitos e a utilização de dois cães de faro da **Receita Federal**. Identificada a presença da droga, a Polícia Federal foi acionada e instaurou inquérito policial para investigar a materialidade e a autoria do crime de tráfico internacional de drogas. Não há informação de presos na ocorrência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arrecadação federal é recorde e vai a R\$ 203 bi em setembro

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A arrecadação de **impostos** e contribuições contabilizada pela **Receita Federal** atingiu R\$ 203,169 bilhões em setembro. O valor, em termos reais (descontada a **inflação** do período), foi 11,61% maior do que o registrado no mesmo mês de 2023. E a maior receita para setembro desde o início da série histórica, em 1995.

O total de **tributos** arrecadados nos nove primeiros meses do ano foi de R\$ 1,9 trilhão, também recorde histórico, segundo a **Receita Federal**. O total foi 9,68% superior ao período de janeiro a setembro de 2023.

De acordo com a Receita, o acréscimo observado no período pode ser explicado pelo comportamento das variáveis macroeconômicas - como o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) -, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos, usados por investidores de alta renda, e pela atualização de bens e direitos no exterior.

-O forte impacto do ritmo da atividade econômica se reflete no resultado da arrecadação -disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias.

Além disso, as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul na passagem de abril para maio também influenciaram nos cálculos do governo federal.

Entre os destaques do mês de setembro, o Fisco destaca uma arrecadação de R\$ 45,7 bilhões de PIS/Cofins, com aumento de 18,95%. O desempenho é explicado, principalmente, pela expansão das vendas e serviços.

A receita da **Previdência Social** apresentou uma arrecadação de R\$ 54,5 bilhões, com crescimento real, já descontada a **inflação**, de 6,29%. Esse resultado se deve ao crescimento real de 7,28% da massa salarial e ocorreu apesar da postergação do pagamento da contribuição previdenciária para os municípios do Rio Grande do Sul, por causa da declaração de estado de calamidade pública, de junho a setembro, em função das enchentes.

O Imposto sobre Importação e o IPI-Vinculado à Importação apresentaram uma arrecadação conjunta de R\$ 9,925 bilhões, crescimento real de 44,35%. Esse resultado decorre, basicamente, dos aumentos reais de 20,23% no valor em dólar das importações, de 12,25% na taxa média de câmbio, de 14,79% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação e de 4,24% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, informou a **Receita Federal**.

11,6% foi a alta na arrecadação federal de setembro. Variação percentual na comparação como mesmo mês no ano passado.

9,7% de aumento na receita acumulada no ano. Variação no acumulado de janeiro e setembro, na comparação com igual período de 2023.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crise climática é oportunidade para o Brasil

CAROLINA NALIN

Enchentes no Rio Grande do Sul, queimadas no eixo Sudeste e Centro-Oeste e secas históricas que afetaram o país por toda a sua extensão. O Brasil experimentou ao longo deste ano uma série de fenômenos intensificados pelas mudanças climáticas, e a perspectiva de aumento na frequência desses eventos extremos colocou de vez o tema da sustentabilidade no centro dos projetos ligados ao turismo.

O contexto desafiador é visto ao mesmo tempo como oportunidade, já que os olhos do mundo estão voltados para o Brasil pela presidência deste ano do G20 - grupo dos 20 países mais ricos do mundo, que fará sua cúpula no Rio de Janeiro, no mês que vem - e por receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) em Belém, no próximo ano.

A visão das autoridades é de que a agenda de eventos internacionais no Brasil coloca o país na liderança das discussões sobre o tema, sendo capaz de acelerar suas metas de sustentabilidade social, econômica e ambiental no turismo.

No Ministério do Turismo, a adoção do termo "ecoturismo sustentável" tem pautado uma série de ações desempenhadas pela pasta. A modalidade compreende o turismo como um instrumento para preservação da floresta e das comunidades, com base em práticas que se preocupam com o uso de energia renovável desde o transporte de turistas até o tratamento dos resíduos pela hotelaria, explicou o ministro Celso Sabino:

- A tendência global vai nessa direção e isso vai nos ajudar a trazer ainda mais turistas preocupados com a responsabilidade social e ambiental - disse ele, ao citar o Brasil como principal destino mundial para prática de ecoturismo, segundo ranking da revista Forbes.

Uma das ações recentes da pasta é o mapeamento de comunidades indígenas que desenvolvem atividades baseadas nos princípios do turismo comunitário. Até o próximo dia 31, comunidades e organizações podem preencher formulário no site do governo para facilitar a coleta dessas informações. Uma vez identificadas essas comunidades, a iniciativa vai permitir a criação e a promoção de produtos turísticos mais sustentáveis e alinhados com a cultura local.

CARTA DO TURISMO

Outro avanço importante foi a recente reunião do grupo de trabalho (GT) de Turismo do G20, realizada em Belém no mês passado, que reforçou o compromisso global com a resiliência climática e a qualificação profissional no setor. As discussões do grupo resultaram em uma carta assinada pelos membros de mais de 40 países, com propostas que serão avaliadas na cúpula do G20, programada para ocorrer no Rio entre os dias 18 e 19 de novembro.

Entre as recomendações estão a ampliação do financiamento para pequenas empresas do setor de turismo e linhas de crédito via organizações multilaterais e internacionais para quatro áreas prioritárias: resiliência climática, desenvolvimento social, criação de novos produtos turísticos em comunidades locais e desenvolvimento de infraestrutura turística compartilhada.

Anfitrião do G20 e natural do Pará, Sabino comemorou o fato de o Brasil estar no centro dos debates globais ao sediar a cúpula:

-Pela primeira vez na História vamos ter uma concentração tão grande, de um nível tão alto de tomadores de decisões globais. Vamos receber xeques, reis, ministros, presidentes, príncipes, chefes de estado. (...) Um evento como esse (COP 30) nos ajuda e muito a passar a imagem do Brasil como ele é.

A decisão do governo federal de realizar a COP30 em Belém, longe do eixo metropolitano Rio-São Paulo, corrobora para que o país assuma ainda mais protagonismo no debate da sustentabilidade, avaliou Marcelo Freixo, presidente da Embratur.

- Realizar a COP em Belém desloca o olhar para a Amazônia, que é central. Ela precisa se transformar em destino -destacou ele.

O ministro do Turismo garantiu ainda que o país está preparado para receber os visitantes que participarem da COP30 em 2025 e considerou a questão do gargalo em hospedagem como superada. Sabino destacou a criação da secretaria extraordinária vinculada à Casa Civil para coordenar ações de preparo da capital paraense para receber a conferência da ONU.

O órgão monitora obras necessárias para a promoção

do evento, além de gerir contratos e articular ações de segurança, saúde, mobilidade urbana, acesso aéreo e capacidade de carga turística.

-Temos a perspectiva de aportar dois grandes navios no Porto de Belém e temos áreas do governo destinadas à construção de hotéis. Um grande prédio da **Receita Federal** que estava abandonado no centro de Belém vai ser um hotel da Rede Tivoli. E tem outro hotel que está sendo construído no porto da cidade, do Vila Galé, além de outros grupos investindo na construção ou ampliação de leitos na cidade.

CENTRO DE RESILIÊNCIA

Para o ministro, as enchentes no Rio Grande do Sul serviram de alerta às autoridades sobre a necessidade de resposta mais ágil a emergências climáticas. O episódio motivou, inclusive, a criação do Centro de Resiliência que será implantado no RS até dezembro.

Inspirado em boas práticas de países como a Jamaica e o Japão, o espaço servirá para articular respostas rápidas a eventos extremos. A ideia é que o gabinete auxilie não só na proteção de vidas e na recuperação de infraestruturas, mas dê suporte aos empreendedores do setor de turismo, garantindo que a retomada das atividades seja rápida e eficiente, explicou Sabino:

- Essa é a resiliência turística que vamos implantar no Brasil.

O setor privado também tem seu papel na mobilização em prol de práticas mais sustentáveis, ressaltou Ana Caro-lina Medeiros, presidente do conselho da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) Nacional, que vibrou com a reabertura antecipada do Salgado Filho na última segunda-feira, a tempo de promover os destinos da Serra Gaúcha, como o Natal Luz.

Segundo ela, a Abav tem trabalhado a conscientização de seus associados sobre a importância de práticas sustentáveis por meio da "Jornada 2030", que destaca cases de sucessos ligados à temática.

- O que podemos fazer para evitar tragédias como as que aconteceram em 2024? Temos que contribuir, participar, vigiar, denunciar e nos prevenir. Não podemos repetir o que aconteceu neste ano - disse ela, ao reforçar que a iniciativa privada está engajada com o poder público para garantir a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do turismo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Supremo afasta cobrança de Imposto de Renda sobre antecipação de herança

Marcela Villar De São Paulo

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a possibilidade de cobrança do Imposto de Renda (IRPF) na antecipação de herança. Por unanimidade, os ministros seguiram o entendimento do relator, o ministro Flávio Dino, e votaram contra a União. Para ele, a incidência do imposto federal permitiria uma dupla tributação, por já incidir o ITCMD, de competência estadual.

O tema não tem uma jurisprudência consolidada no Supremo. A decisão da 1ª Turma, tomada na sessão de julgamento de ontem, destoa inclusive de um precedente do próprio colegiado, também unânime, de agosto de 2023. Na ocasião, foi inclusive determinado ao contribuinte o pagamento de multa de 5% sobre o valor da causa por conta de inadmissibilidade do agravo interno (RE 1437588).

O entendimento formado ontem também é contrário a um acórdão da 2ª Turma de maio deste ano em que o desfecho foi favorável à União, por três votos a dois (RE 1425609). Nessa decisão, foram opostos embargos de divergência, para que a ação seja julgada pelo Plenário, formado pelos 11 ministros do STF, a fim de uniformizar os precedentes.

O próprio plenário, no entanto, em outro caso, já disse que a questão seria infraconstitucional - ou seja, caberia ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) dar a palavra final (ARE 1274573).

Na visão de advogados, apesar do resultado positivo para os contribuintes na 1ª Turma e de, em tese, já haver quórum para afastar a cobrança, não é possível ainda cantar vitória, por conta das decisões destoantes e da mudança no voto dos ministros a depender do processo.

Para os herdeiros e os que querem transmitir a herança, a União não pode cobrar IRPF do doador, pois já há a incidência do imposto estadual para os donatários. Além disso, quem doa não teria acréscimo patrimonial, e sim decréscimo, pois se desfaz do bem. Defendem que o donatário e o doador desde 1988 são isentos de IRPF, nos termos do artigo 6º, inciso XVI, e artigo 22, inciso III, da Lei nº 7.713/1988.

Já a União entende que o IRPF deve ser cobrado do

doador porque ele aumenta seu patrimônio por meio de uma suposta "mais valia" - diferença entre o valor histórico da herança e o de mercado. A Fazenda se apega ao artigo 23 da Lei nº 9.532/1997, que prevê alíquota de 15% sobre a diferença do valor de mercado e o custo de aquisição "na transferência de direito de propriedade por sucessão, nos casos de herança, legado ou por doação em adiantamento da legítima".

Na sessão de ontem, foi analisado um segundo recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) contra decisão desfavorável do Tribunal Regional da 4ª Região (TRF-4), com sede em Porto Alegre. O caso envolve a transmissão do patrimônio de Douglas Conrado Stange, ex-diretor da WEG, fabricante de equipamentos elétricos, para seus três filhos.

A ação chegou à Justiça por um mandado de segurança preventivo. O patriarca queria transferir o patrimônio em vida aos herdeiros pagando só o ITCMD e não o IRPF, usando como base de cálculo o valor de mercado. O patrimônio ainda não foi transferido.

O julgamento começou no Plenário Virtual, em março deste ano. Quatro ministros já haviam votado a favor dos contribuintes - o relator, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes. O placar foi reiniciado por um pedido de destaque, que levou o caso para o plenário físico, mas todos os integrantes da turma reafirmaram seus votos. O ministro Luiz Fux, que ainda não tinha se posicionado e pediu vista na última sessão, também acompanhou o relator ontem.

Segundo Fux, a jurisprudência do STF é pela "inexistência de materialidade tributária nesse acréscimo patrimonial em favor do doador". Apesar de acompanhar Flávio Dino, Fux fez uma ressalva de que os fatos geradores do IRPF e do ITCMD são distintos - o primeiro é sobre acréscimo de patrimônio e o segundo sobre a causa mortis.

"Uma coisa é transmissão causa mortis, outra coisa é Imposto de Renda tendo em vista a valorização do bem, mas a jurisprudência é realmente no sentido que votou o ministro Flávio Dino", disse Fux, na sessão (RE 1439539).

Na visão do advogado Fernando da Silva Chaves, sócio do Papp, Taranto Chaves Advogados, que atuou no caso pelo doador, a União tributar a doação, já cobrada pelo Estado, fere o pacto federativo e o conceito constitucional de renda. Isso porque não há acréscimo patrimonial por parte do doador e ele não poderia usufruir do bem. "A norma prevê um acréscimo irreal, inexistente e levanta um conflito de competências entre os Estados e a União envolvendo essa sucessão hereditária", afirma.

O IR, adiciona, já seria cobrado pela **Receita Federal**, mas em outro momento, quando houver a venda do imóvel pelo herdeiro ou donatário. Segundo ele, apesar de existirem três linhas de interpretação sobre o tema no Supremo, as decisões favoráveis à União são minoria. "Os legisladores criaram uma hipótese de acréscimo patrimonial virtual que precisa ser corrigido no judiciário", completa.

Para o advogado Felipe Kneipp Salomon, do Levy Salomão Advogados, existe um potencial para o tema ser julgado pelo plenário, por conta das decisões divergentes nas duas turmas. Na visão dele, há bitributação se incidir o IRPF. "É uma situação bastante gravosa se atribuir a competência de o Estado cobrar tributo sobre doação e, na mesma proporção, a Receita querer cobrar sobre ganho de capital. Realmente tem uma bitributação aqui", avalia.

Ele diz que o problema da dupla tributação nestes casos fica ainda mais agravado por conta da **reforma tributária** (Emenda Constitucional nº 132/2023), que institui uma progressividade nas alíquotas do ITCMD. A partir dessa permissão legal, Estados como São Paulo já têm projetos de lei para aumentar a alíquota máxima para 8% - hoje, o percentual é único em 4%. "Um projeto no Senado ainda busca aumentar o teto da alíquota de 8% para 16%, então é um tema que tem chamado atenção e a operação vai ficando mais custosa", diz ele, citando o Projeto de Resolução nº 57/2019.

Em nota ao Valor, a PGFN diz que deve recorrer da decisão, "pois o STF já possui entendimentos anteriores das suas duas turmas de maneira diferente". E acrescenta "que o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança precisaria ser feito pelo Plenário".

"Problema da bitributação fica ainda mais agravado por conta da reforma" Felipe Salomon

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020>

Zema quer barrar novo DPVAT, que é de competência da união

ANA MENDONÇA

O governador Romeu Zema (Novo) declarou que não irá cobrar o seguro obrigatório, conhecido como DPVAT e rebatizado recentemente como SPVAT. O seguro, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em maio deste ano, será cobrado anualmente de proprietários de veículos a partir de 2025. Minas Gerais segue o exemplo do Distrito Federal e de Santa Catarina, que também afirmam que não farão a cobrança. O DPVAT foi extinto em 2021, durante o governo Bolsonaro (PL), quando as indenizações às vítimas de acidentes de trânsito passaram a ser pagas com o saldo acumulado de anos anteriores. No entanto, a reserva se esgotou em novembro de 2023, e o pagamento às vítimas foi suspenso após essa data. O novo projeto aprovado pelo Congresso Nacional busca garantir recursos para indenizações por morte, invalidez permanente, reembolso de despesas médicas e serviços funerários.

Zema criticou duramente a volta do seguro. Ele acusa o governo Lula de focar no aumento de **impostos**. "A volta do DPVAT é um absurdo. Sempre foi um imposto disfarçado de seguro, beneficiando apenas os poderosos. Em Minas, isso não será cobrado. Mudaram o nome para SPVAT, mas aqui não vai passar", declarou ele em entrevista à rádio Itatiaia.

O governador ainda reforçou sua postura contrária às decisões do governo federal: "Não vou colocar mais essa conta no bolso do mineiro. Enquanto Brasília só fala em aumentar **impostos**, nós mantemos a austeridade. Não aumentamos **impostos** em Minas e vamos manter essa postura", disse Zema.

No entanto, especialistas apontam que a competência para legislar sobre seguros é exclusiva da União. Segundo Felipe Gallo da Franca, mestre em direito político pela UFMG, Zema não tem poder para impedir a cobrança do SPVAT. "O governador não pode barrar o pagamento do SPVAT pelos mineiros. O máximo que pode fazer é não aderir ao convênio para que o seguro seja cobrado junto ao IPVA. Isso pode resultar em uma renúncia de receita de 1%, o que seria questionável, dado o cenário de renegociação das dívidas de Minas com a União", disse

"Uma opção para o governador, porém, seria não aderir a um convênio com o operador do fundo do

SPVAT para que a cobrança do prêmio se dê em conjunto com a guia de IPVA. Isto é, ao invés de o contribuinte mineiro receber uma guia única de IPVA acrescida do seguro obrigatório, ele receberia duas guias distintas. Esta faculdade concedida ao governador importaria uma renúncia de receita de 1% do valor do prêmio de cada cobrança a ser realizada. Tendo em vista o atual cenário de renegociação das dívidas de Minas com a União, essa renúncia poderia ser questionada tanto pela União, quanto pelos órgãos de controle, como o TCE [Tribunal de Contas do Estado] ou o MPMG [Ministério Público de Minas Gerais]", afirmou também o especialista.

Gallo ressaltou ainda que a renúncia de receita pode acarretar perdas financeiras para o estado, embora a destinação de 40% do valor arrecadado às entidades do Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais não seja afetada. Ainda segundo ele, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais fica excluída da questão, já que a pauta é federal. "A única coisa que poderia eventualmente passar seria adesão ou não ao convênio para cobrança conjunta. Mas a princípio é uma matéria de competência do Executivo."

"Basicamente, o contribuinte vai ter que pagar esse seguro obrigatório, independentemente da vontade do governador. A única coisa que ele tem competência para fazer é decidir se o mineiro vai pagar duas guias ou apenas uma. Na última opção, o estado de Minas Gerais arrecada 1% do valor do prêmio."

O novo SPVAT terá valor fixo, entre R\$ 50 e R\$ 60, de acordo com o senador Jacques Wagner (PT-BA), líder do governo. A Caixa Econômica Federal ficará responsável pela gestão e operacionalização das indenizações. Do total arrecadado, 40% serão destinados aos estados e municípios com serviços de transporte coletivo, 40% para a assistência médica de vítimas de acidentes e 5% para a **Seguridade Social** e o Sistema Nacional de Trânsito.

aumento de icms

Apesar de criticar a política de aumento de **impostos**, Romeu Zema sancionou no ano passado uma lei que aumenta em 2 pontos percentuais o ICMS sobre produtos considerados supérfluos, como celulares, cervejas e armas, a partir de 2024. A lei foi alterada durante o trâmite na Assembleia Legislativa, após

acordo entre base e oposição, e o governador optou por não vetar as mudanças.

O deputado estadual Professor Cleiton (PSB) criticou Zema usando uma citação de Cazuza: "Sua piscina está cheia de ratos". Segundo ele, o governador joga para a plateia ao afirmar que não irá cobrar o SPVAT, quando na verdade a decisão cabe ao governo federal. "Minas Gerais terá R\$ 19 bilhões em renúncia fiscal para amigos do governador. É hipocrisia", afirmou Cleiton, referindo-se a doadores da campanha de Zema, como Salim Mattar, fundador da Localiza.

Já o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos) elogiou a decisão de Zema. "Parabéns ao governador Zema. Eu votei contra essa porcaria do DPVAT aqui no Senado. O que queremos agora é que todos os governadores sigam esse exemplo e fiquem ao lado do povo", afirmou Cleitinho pelas redes sociais.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Leilão da folha do INSS tem 26 bancos credenciados

(Eliane Oliveira)

Vinte e seis bancos se credenciaram para o leilão da folha de pagamento do **INSS**, que hoje deverá escolher as instituições que farão o repasse de benefícios aos segurados no período de 2025 a 2026.

Ontem, o **INSS** chegou a suspender o leilão, levando a crer que a medida se devia a uma decisão judicial contrária aos institutos.

No domingo, liminar do Tribunal Federal de Justiça da 1- Região barrou uma regra do **INSS** desenhada para dar mais atratividade ao leilão. O banco vencedor seria autorizado a conceder crédito consignado de forma exclusiva a novos beneficiários durante os primeiros três meses de aposentadoria. A pedido da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o desembargador Flávio Jardim derrubou a norma.

"O **INSS** explica que a suspensão da sessão do pregão nesta terça-feira (22) se trata de uma suspensão administrativa. Na quarta-feira a sessão será retomada. E praxe ocorrer. Até porque a liminar é uma medida precária e não definitiva", afirmou o órgão em nota.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mapeamento de novos produtos e regiões turísticas impulsionam geração de emprego e renda no país

Para crescer como destino turístico - tanto para visitantes estrangeiros quanto nacionais - o Brasil vem atuando em melhorias na estrutura de transportes, para aumentar a logística usada pelos viajantes, e em promoção de produtos e destinos.

A estratégia passa ainda por ampliar a divulgação de roteiros regionais e festas populares, perseguindo a meta de subir ao posto de país que mais atrai turistas na América do Sul até 2027, superando a Argentina, atual líder do ranking.

A estrutura turística interna é chave para essa indústria. A previsão é passar de 93 milhões de viagens domésticas este ano para 150 milhões em 2027. Segundo o ministro do Turismo, Celso Sabino, o investimento em hotelaria no país é crescente, há mais voos, enquanto o ganho de renda da população permite que mais pessoas possam viajar:

- Com mais voos, mais hotéis e dinheiro no bolso, o brasileiro está visitando mais o Brasil, conhecendo mais destinos turísticos nacionais - destacou.

Ele participou, na segunda-feira, de debate sobre turismo dentro da série Caminhos do Brasil, uma iniciativa de O Globo e Valor Econômico e da Rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Essa rede colabora para a maior captação de estrangeiros. No ano passado, 5,91 milhões de visitantes internacionais desembarcaram por aqui e deixaram uma cifra recorde de US\$ 6,9 bilhões (R\$ 34,5 bilhões), de acordo com dados do Banco Central. O valor supera em 1,5% a maior arrecadação brasileira com o turismo estrangeiro até então, registrada em 2014, quando o país sediou a Copa do Mundo. Este ano, já são quase 5 milhões de visitantes internacionais até setembro.

- Isso indica que vamos bater recorde de turistas internacionais chegando ao Brasil e consequentemente devemos ter uma receita maior do que os quase US\$ 7 bilhões de 2023 - disse o presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Marcelo Freixo.

De agosto a dezembro são previstos 34,3 mil voos internacionais no Brasil, que vão ofertar 8,34 milhões de assentos, de acordo com o Ministério do Turismo. Se o Brasil chegar a 2027 com movimento anual de 8,1 milhões de turistas vindos do exterior, isso vai render ao país um faturamento de US\$ 8,1 bilhões, estima o Plano Nacional do Turismo.

Esse plano de voo para o Brasil prevê ainda a ampliação do mapa de municípios turísticos nos próximos anos, passando das atuais 312 para 400 cidades com potencial para turismo. Para se ter uma ideia, Uberaba (MG), Barra do Mendes (BA) e Irani (SC) entraram para o roteiro em 2023, visando fomentar a geração de emprego e renda no setor nessas localidades. No país como um todo, o objetivo é aumentar de 2 milhões para 3 milhões o número de postos de trabalho formais no segmento até 2027.

Grandes festas populares e religiosas são destaque para chegar lá, atuando como chamariz de visitantes não apenas para as cidades onde ocorrem como para outras em seu entorno. Estudo do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFEC-RJ), vinculado à Fecomércio-RJ, mostrou em março que os turistas nacionais e internacionais deixaram R\$ 2,35 bilhões no Rio de Janeiro apenas durante o Carnaval deste ano.

Outro achado da pesquisa é o fato de que um terço dos entrevistados afirmaram que foram ou pretendem conhecer outras cidades fluminenses, destacando localidades como Búzios, Arraial do Cabo, Angra dos Reis, Cabo Frio, Paraty, Petrópolis e Niterói.

Já o Festival de Parintins (AM), segundo o governo do Amazonas, atraiu cerca de 120 mil turistas neste ano, ante 110 mil em 2023, e injetou mais de R\$ 180 milhões na economia local, um aumento de 23,2% em relação a um ano antes. Quanto ao Círio de Nazaré, em Belém (PA), o fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional da capital paraense foi 25% maior que no mesmo período de 2023.

Esse crescimento das viagens dentro do país se dá apesar da percepção de que o turismo é caro para os

brasileiros. Segundo a presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Ana Carolina Medeiros, o motivo é a logística custosa, a depender da localidade.

- Turismo caro acontece principalmente naqueles destinos mais resguardados, em cidades pequenas do Nordeste. A gente tem essa trava, infelizmente - afirmou.

Ela adicionou que a entidade tem trabalhado, em parceria com o Ministério do Turismo, para facilitar o desembarque de turistas nessas regiões.

- Já quando falamos de turismo internacional o que se vê é que o nosso país é atrativo, pois o custo de vida é barato frente ao deles. A desvalorização cambial também ajuda - destacou Ana Carolina.

Sabino frisou que quem compra passagem aérea com antecedência garante bons preços. Um dos projetos que visam estimular o turismo nacional, com oferta de bilhetes mais acessíveis, é o Voa Brasil. Lançado pelo Ministério de Portos e Aeroportos no fim de julho, o programa, no entanto, tem atingido resultado abaixo do esperado. Até setembro, comercializou cerca de 12,5 mil bilhetes para 72 cidades. A meta é alcançar 3 milhões de assentos vendidos ao longo de um ano.

Cada trecho custa R\$ 200 e pode ser adquirido por aposentados que recebem benefício do **INSS** e que não tenham viajado nos últimos 12 meses. Segundo o ministério, o Sudeste é a região que tem maior procura, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre os bilhetes comercializados, 60% têm como destino pequenas e médias cidades, o que estimula a aviação regional. A expectativa do Ministério de Portos e Aeroportos é lançar a segunda etapa do programa no primeiro semestre de 2025, quando estudantes da rede pública de ensino serão beneficiados.

Segundo o Ministério do Turismo, o Brasil tem avançado na melhoria da conectividade aérea, tanto interna quanto externamente. Alguns exemplos são a retomada de voos da TAP entre Lisboa e Manaus (AM), a partir de novembro de 2024, favorecendo a chegada de visitantes à Amazônia brasileira.

Além disso, como um desdobramento do Programa "Conheça o Brasil: Voando" - parceria entre MTur, Ministério de Portos e Aeroportos e empresas aéreas, que busca facilitar a realização de viagens de brasileiros no país -, a Gol anunciou a expansão da oferta de voos em suas bases no Pará, nas cidades de Belém, Carajás, Marabá e Santarém. (Do Valor Econômico)

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/23/mapeamento-de-novos-produtos-e-regioes-turisticas-impulsionam-geracao-de-emprego-e-renda-no-pais.ghtml>

Presente de grego (Editorial)

A equipe econômica pretende apresentar um ambicioso pacote de corte de gastos ao presidente Lula da Silva após o segundo turno das eleições municipais. Pouco se sabe sobre essas medidas, mas, se o governo tem a intenção de provar seu compromisso fiscal e de mostrar aos céticos que eles estão errados, terá de se esforçar muito mais.

Na agenda do Executivo, uma das principais apostas parece estar na aprovação do projeto de lei dos supersalários, que tramita há anos no Legislativo.

Originalmente elaborada por uma comissão especial do Senado em 2016, a proposta tinha como objetivo moralizar o setor público, dar fim a penduricalhos e fazer valer o teto remuneratório previsto na Constituição, que tem como base a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em pouco mais de R\$ 44 mil mensais.

Bem se sabe que a medida teria caráter mais simbólico do que prático, pois são poucos os funcionários públicos nesta privilegiada situação. Enquanto 11 milhões ganhavam até R\$ 5 mil mensais no ano passado, segundo o Centro de Liderança Pública (CLP), apenas 25 mil recebiam mais que o teto. Mas é um tema politicamente fácil de defender ao reforçar o discurso do governo de que o ajuste não pode se dar apenas sobre os mais pobres e gerar economia aos cofres públicos.

O problema é que há razões para duvidar dessa pretensa economia. De fato, o texto do Senado pretendia garantir que ninguém no Executivo, no Legislativo e no Judiciário nas esferas federal, estadual e municipal ganhasse mais que o teto. Mas, na Câmara, a proposta foi desfigurada para que algumas das benesses da elite do funcionalismo público não sejam tratadas como remuneração, o que assegura a manutenção dos penduricalhos e permite que o teto, na prática, continue a ser ignorado.

Ao todo, 32 tipos de pagamento - não é piada - terão tratamento especial e serão considerados indenizações, direitos adquiridos ou ressarcimentos.

Auxílio-alimentação, licença-prêmio, horas extras, auxílio-creche e auxílio-transporte, entre outros, serão preservados, alguns com "travas".

Membros do Judiciário e do Ministério Público manterão as férias de 60 dias intocadas, bem como a possibilidade de converter um terço do descanso em

dinheiro. O projeto também endossa a prática de militares que acumulam férias ao longo da carreira para receber uma bolada na passagem para a reserva.

O auxílio-moradia dos juízes, de R\$ 4,3 mil, e de procuradores, de 25% do salário, também será mantido. Sozinho, tal benefício supera o rendimento médio real do trabalhador, de R\$ 3,1 mil no segundo trimestre deste ano, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Em coluna do jornal Valor, Bruno Carazza, professor-associado da Fundação Dom Cabral, sugere que o projeto pode até aumentar as despesas, em vez de reduzi-las. Afinal, ao mesmo tempo que regulamenta o teto regulatório, o texto valida todos os penduricalhos que a elite do funcionalismo público acumulou ao longo dos últimos anos.

Devido a essas regalias, segundo Carazza, 93% dos juízes ganham mais que um ministro do STF - e continuarão a receber, se o projeto for aprovado. Muitas dessas benesses se baseiam em decisões de conselhos que deveriam extingui-los, em vez de criá-los, mas que atuam como entidades sindicais.

Depois de aprovada pela Câmara em 2021, a proposta voltou ao Senado e, desde então, está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na única ocasião em que o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cogitou desengavetá-la, foi para "compensar" o impacto financeiro da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do quinquênio.

Nenhuma delas, por enquanto, avançou.

Mas a PEC do quinquênio ao menos tem a honestidade de dizer a que veio: para restabelecer o extinto privilégio do adicional por tempo de serviço a magistrados e membros do Ministério Público. Já o projeto dos supersalários é um verdadeiro presente de grego que faz o oposto do que promete, o que nos faz pensar se os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet conhecem mesmo a iniciativa que decidiram apoiar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pisos para Educação e Saúde terão de mudar, afirma relator da LDO

GABRIEL HIRABAHASI E RENAN MONTEIRO

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, senador Confúcio Moura (MDB-RO), disse em entrevista ao Estadão/Broadcast que, "pelo bem ou pelo mal", será necessário rever os pisos constitucionais para Saúde e Educação, além de outras vinculações no Orçamento da União. "Até 2030, vocês são novos e verão isso, pelo bem ou pelo mal será necessário fazer essas mudanças", disse Confúcio, que faz parte da base de apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em sua visão, essa mudança não deve ocorrer neste governo, uma vez que não há clima político para esse tipo de debate nos próximos dois anos - Lula tem repetido que é contra mexer, por exemplo, nos pisos constitucionais.

"Mais cedo ou mais tarde, vai ter de ter uma mexida constitucional.

Hoje, não tem (clima político).

Nesses dois anos do Lula, não dá. (Tem de rediscutir) Todos os recursos vinculados. A Previdência é quase R\$ 1 trilhão, os salários de **servidores públicos** são quase R\$ 500 bilhões, pisos de Educação e Saúde, fundos constitucionais, transferências obrigatórias para Estados e municípios...

A desvinculação desses percentuais (é importante) para deixar um pouco mais flexível, para ir jogando", disse.

Depois de 2026, Confúcio diz que será necessário ter esse debate, sob pena de o presidente da República eleito em 2030 não ter margem para cumprir as promessas de campanha. A partir de 2031, diz ele, o chefe do Executivo não terá "a menor margem para governar o País" se isso não for rediscutido.

'RASPAR O TACHO'. "Hoje, o governo tem em torno de R\$ 230 bilhões para fazer tudo de discricionário (não obrigatório). Quando tira emendas parlamentares e percentuais de Saúde e Educação, ficam cerca de R\$ 100 bilhões para tudo. Para arrumar rodovias, fazer hospital novo, investir em saneamento, pagar água e luz, comprar um avião e carros novos. Isso é crescente.

No ano que vem, vão sobrar R\$ 80 bilhões ou R\$ 70 bilhões. Em 2030, vão sobrar só R\$ 30 bilhões.

Quero saber o que o presidente que for eleito em 2030 vai fazer. Ele não tem a menor margem para governar o País." A única solução que não envolve rever essas vinculações no Orçamento, segundo ele, seria permitir, por meio de uma alteração constitucional, o uso de recursos de fundos.

Isso, comparou, seria como "raspar o tacho". "Só tem essa possibilidade e seria uma coisa temporária."

Limite

Senador Confúcio Moura diz que, com regras atuais, não haverá 'margem para governar o País'

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Renúncia fiscal será de R\$ 13,3 bi

Renúncia fiscal em 2025 será de R\$ 13,3 bilhões em Mato Grosso, considerando todos os segmentos e formas de desoneração de **tributos** e taxas. Deste total, R\$ 12 bilhões ou 90% são referentes à isenção no recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 2026 e 2027 o governo do Estado prevê abdicar do recolhimento de R\$ 12,5 bilhões e R\$ 13,2 bilhões de ICMS, respectivamente, sinalizando elevação de 10,11% na renúncia do principal imposto estadual até lá. Neste mesmo horizonte, o governo projeta deixar de recolher R\$ 14 bilhões em 2026 e 14,7 bilhões em 2027 com a concessão de benefícios e incentivos fiscais. Com a sanção governamental do Projeto de Lei (PL) nº 2256/2023 que altera legislação sobre incentivos fiscais e prevê restrições destes benefícios para empresas que aderirem à moratória da soja, é possível que a previsão de renúncia tributária seja menor do que atualmente estimado na LOA de 2025, diz o economista Jonil Vital de Souza. Em relação à receita líquida, a projeção do governo do Estado é alcançar R\$ 38 bilhões em 2025, sendo 8,5% acima do valor projetado para o ano vigente. Os valores atualizados constam na Lei Orçamentária Anual (LOA), sancionada pelo governador Mauro Mendes (União) e publicada na edição desta terça-feira, 22, do Diário Oficial do Estado (DOE). De acordo com a Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), dois objetivos principais orientaram a definição das metas fiscais e da estratégia orçamentária para 2025. Um deles é o compromisso com a gestão fiscal, mantendo Mato Grosso com uma nota A na capacidade de pagamento (Capag), índice medido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e que demonstra o equilíbrio nas contas públicas e na gestão fiscal do Estado. O segundo são os gastos com investimentos definida na LDO. Para 2025, o Executivo estadual pretende destinar, no mínimo, 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) para investimentos, percentual equivalente a R\$ 4,7 bilhões que será revertido para 48 ações prioritárias. As áreas de educação, saúde, segurança e assistência social estão entre as que terão os programas e ações priorizadas em 2025. A LDO também prevê que o índice de reajuste dos subsídios dos **servidores públicos**, a Revisão Geral Anual (RGA), será de aproximadamente 3,45%. O valor será pago a partir da folha salarial de janeiro.

Notícias Relacionadas:

A GAZETA - MT
Renúncia fiscal será de R\$ 13,3 bi

Aumento de impostos traz preocupação ao setor hoteleiro

A **Reforma Tributária** aprovada pelo Congresso, agora em fase de regulamentação, traz avanços importantes para a simplificação do sistema de cobrança de **impostos** no país, mas a CNC chama atenção para alguns pontos preocupantes para o turismo, em especial o setor hoteleiro.

O texto atual prevê uma alíquota de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 28% para a hotelaria. Se mantida, seria a maior do mundo, segundo estudo do economista-chefe da CNC, Felipe Tavares. A CNC defende a aprovação de uma lei complementar com redução de 60% dessa alíquota-padrão. Com isso, o turismo ganharia competitividade e atrairia investimentos, fatores essenciais para impulsionar o Brasil no mercado global.

A CNC tem trabalhado intensamente para mitigar o impacto negativo do aumento de **impostos**, especialmente nos setores de serviço e turismo, como explica Tavares:

- O setor de hotelaria terá um aumento de mais de 100% da carga tributária, em média, distanciando-se das alíquotas pagas em outros países. Os principais concorrentes do Brasil no turismo tributam menos da metade da alíquota proposta pelo PLP 68/2024, com uma alíquota média de 12%.

Entre 2022 e 2024, a hotelaria foi o segmento com melhor desempenho no setor de serviços, com crescimento de 67,9% no faturamento. Esse ganho pode se perder se for mantida a alíquota proposta, com perda potencial de R\$ 300 milhões no faturamento do setor hoteleiro.

Impostos elevados, lembra o economista-chefe da CNC, encarecem bens e serviços e diminuem o poder de compra do turista, tornando-se um entrave para o crescimento em países como o Brasil, onde o turismo é um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico. Entre as propostas da CNC para garantir o crescimento do turismo estão: revisão e ajuste tributário, para aumentar a competitividade do país perante outros destinos internacionais; segurança jurídica; e linhas crédito desburocratizadas.

"Os principais concorrentes do Brasil no turismo tributam menos da metade da alíquota proposta pelo PLP 68/2024, com uma alíquota média de 12%"

FELIPE TAVARES. Economista-chefe da CNC

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Aumento de **impostos** traz preocupação ao setor hoteleiro

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Braga apresenta nesta quarta-feira plano para regulamentar reforma - FERNANDO EXMAN

FERNANDO EXMAN

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) pretende apresentar até o fim de novembro o seu relatório sobre o principal projeto de lei (PLP 68/2024) de regulamentação da reforma tributária do consumo. O plano de trabalho, com o cronograma, será lido nesta quarta-feira (23) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O documento foi protocolado no sistema na noite dessa terça-feira.

O plano prevê audiências na CCJ e duas sessões temáticas no plenário, uma com governadores e outra com representantes dos municípios. Em paralelo, o senador vai construir o seu relatório. Mais de 1,4 mil emendas já foram apresentadas. Braga tem a expectativa de que a votação aconteça no fim de novembro ou no início de dezembro.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vai tentar costurar um entendimento com a Câmara dos Deputados e com o Executivo para que as mudanças que vierem a ser feitas pelo Senado sejam mantidas. Isso porque o Senado é a Casa revisora, cabendo à Câmara a palavra final sobre o projeto. Depois, o texto segue para sanção presidencial, que pode vetar trechos. "O trabalho de conversas começa agora", resumiu Braga, ao ser questionado por jornalistas.

A aliados, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já afirmou em mais de uma oportunidade que não assumirá compromissos que imponham um aceite integral dos deputados às alterações feitas pelos senadores. Interlocutores do alagoano avaliam que, a partir do momento que o texto voltar para a Câmara, haverá uma força-tarefa para concluir a apreciação rapidamente.

É prioridade concluir a aprovação da proposição em 2024. Para isso, assim que o Senado devolver a matéria, deve haver uma conversa entre deputados e senadores para tentar costurar um texto final que não desagrade a nenhuma das duas Casas, assim como ocorreu no ano passado, durante a tramitação da emenda constitucional. Na ocasião, Pacheco e Lira receberam Braga, Aginaldo Ribeiro (PP-PB) e o

senador Davi Alcolumbre (União-AP) para alinhar um parecer final. O encontro foi fundamental para uma aprovação célere na Câmara.

Braga confirmou a jornalistas que fará mudanças no texto do PLP 68 vindo da Câmara, e que algumas sugestões estão sendo pedidas pelo próprio governo para garantir maior segurança jurídica. São alterações, inclusive, de mérito, mas ele não quis adiantá-las. "O texto da regulamentação é muito complexo. O compromisso de simplificação do texto é permanente. É natural que a cada momento os técnicos cheguem à conclusão de que determinada parte do texto pode ter uma redação melhor e mais simplificada para que reduzir os custos do setor produtivo", disse o parlamentar. "Precisamos de uma regulamentação que faça sentido e que esteja comprometida com uma reforma simplificadora, neutra do ponto de vista tributário e que respeite a questão da segurança jurídica, da transparência e a questão federativa", afirmou Braga.

O senador Izalci Lucas (PL-DF) pediu que o projeto de lei tramite também na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e não apenas na CCJ. Braga disse que a decisão sobre a tramitação foi definida pelo presidente do Senado, mas ficou de levar a preocupação do seu colega a Pacheco.

Sítio:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

Dizer que taxar lucros de milionário vai dar em fuga de capitais é conversa

José Paulo Kupfer

No Brasil, a renda com origem em lucros e dividendos recebidos por proprietários ou acionistas de empresas não é tributada. Só outros dois países - Estônia e Letônia - seguem essa regra responsável por uma parte considerável das imensas injustiças tributárias brasileiras.

Nem se pode dizer que se trata de uma questão ideológica, com a esquerda defendendo a taxaço e a direita a combatendo. No governo Bolsonaro, um governo de direita, por exemplo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a enviar ao Congresso projeto de tributação de lucros e dividendos, que dorme há mais de dois anos nas gavetas do Senado.

Agora é o governo Lula, tido como de esquerda, que elabora um projeto para tributar lucros e dividendos pagos a pessoas físicas. A taxaço ainda não estaria contida na **reforma tributária** da renda e do patrimônio, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem considerado deixar para apresentar em 2025.

A ideia anunciada é antecipar uma tributação mínima sobre pessoas com rendas totais acima de R\$ 1 milhão por ano. A alíquota mencionada por Haddad ficaria entre 12% e 15%.

Como no caso de Guedes, que propôs taxar dividendos para bancar um Auxílio Brasil mais robusto, Haddad quer tributar dividendos de milionários para bancar a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil mensais.

O anúncio de Haddad, muito incompleto e indefinido, deu, como não poderia ser diferente, margem a especulações variadas. Tentativas de dimensionar o volume de recursos envolvidos indicaram perdas e ganhos de receita num intervalo muito amplo, de R\$ 30 bilhões a cerca de R\$ 100 bilhões por ano.

Técnicos especialistas em políticas tributárias, envolvidos nas discussões, travadas no governo, sobre definições de parâmetros e limites da tributação mínima de milionários, estimam que tanto a ampliação das isenções no IR da pessoa física quanto a tributação de milionários resultarão em volume de

recursos da ordem de R\$ 40 bilhões anuais, mantendo assim neutralidade da carga tributária.

O que está em discussão, no caso do imposto mínimo de altas rendas, é tributar somente lucros e dividendos à alíquota de 12% a 15%. Lembrar que as rendas com origem em aplicações financeiras já são taxadas na fonte em 15% e, portanto, ficariam fora do novo tributo.

Também será preciso instituir uma escala progressiva de aplicação da alíquota por faixa de renda, evitando incentivar a divisão da renda de lucros e dividendos para escapar da faixa de R\$ 1 milhão ou penalizar quem tenha rendas apenas pouco acima desse montante. Assim, a ideia é que a taxaço do primeiro milhão dos milionários seja menor do que 15%. Por isso, o aumento de arrecadação não será de R\$ 80 bilhões anuais, mas de R\$ 40 bilhões.

No caso da isenção do IR, também estão em estudos medidas que impeçam ou reduzam o ganho indireto da isenção aos detentores de rendas mensais superiores a R\$ 5 mil - normalmente, com ampliação de isenções, todas as rendas seriam beneficiadas na parcela até R\$ 5 mil do total de sua renda. Considerando a base de cálculo de R\$ 4 mil mensais (20% de desconto padrão), a perda de receita não será de R\$ 80 bilhões, mas sem a isenção completa da parcela até R\$ 5 mil de todas as rendas acima desse valor, ficará em metade disso.

As medidas em estudo são mais do que razoáveis e seguem os padrões internacionais, mas toda vez que, no Brasil, surge a ideia de tributar lucros e dividendos, não são poucos os que aparecem para oferecer argumentos contrários.

São dois os argumentos mais comuns contra a tributação de lucros e dividendos:

Taxar lucros e dividendos terá efeito pequeno porque promoverá fuga de capitais; os atingidos retirarão seus recursos do país, para escapar da tributação;

Sem uma reforma do Imposto de Renda das empresas, reduzindo a carga do imposto sobre elas, que já são taxadas em excesso, a tributação estimulará ainda mais a elisão, a evasão e, enfim, a sonegação do tributo.

O primeiro argumento reflete um tipo de terrorismo econômico corriqueiro, mas sem base. A renda de milionários tem origem basicamente em imóveis, e no resultado de empresas, que com galpões, máquinas, equipamentos e trabalhadores, produzem os lucros e geram dividendos. Obviamente, tais base de renda não podem ser transferidos para outros países, salvo casos extremamente raros e custosos. Além disso, imagina-se taxar dividendos enviados ao exterior, como forma de desestimular a transferência de recursos para o exterior.

Já o segundo argumento faz sentido e, parece ser lógico que a tributação de lucros e dividendos deve considerar a soma do que é pago pela empresa e pelo acionista. Por isso, ao implantar um imposto sobre lucros e dividendos para o acionistas, o correto será ajustar para baixo os **impostos** pagos pelas empresas.

Tabela publicada pelo economista Sergio Gobetti, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Economia Aplicada) e especialista em políticas tributárias, em sua conta na rede social X, listando países da OCDE ((Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e incluindo o Brasil, num total de 39 nações, mostra que o país é, de fato, um dos campeões na taxação de empresas.

A taxação de empresas no Brasil chega as 34%, a segunda mais alta da lista, só perdendo para a Colômbia. Mas é preciso levar em conta que a tributação efetiva das empresas brasileiras, depois de descontos e abatimentos, na média, fica em 25%, no caso das empresas taxadas pelo lucro real, pouco mais de 10%, nas empresas de lucro presumido e nem 5%, nas optantes pelo Simples. Considerando a carga efetiva média, a tributação de empresas, no Brasil, está dentro da média da OCDE e é menor do que de metade da lista.

De outro lado, o Brasil aparece na 33ª posição, no grupo de 39 países, entre os que menos tributam o conjunto de lucros e dividendos na empresa e na pessoa física. Está longe da Coreia do Sul, que taxa o conjunto em 58,8%, de países da zona do euro, com tributação conjunta acima de 50%, e mesmo de latino-americanos como Colômbia (48%), Chile (44,5%) e México (42%).

É imperativo, diante dessa balbúrdia tributária, promover o quanto antes uma reforma completa desse sistema disfuncional. Aprovar logo a **reforma tributária** do consumo, mesmo com as distorções introduzidas pelos grupos de pressão, e encarar o quanto antes a **reforma tributária** da renda, começando com a eliminação da jabuticaba que é a não taxação de lucros e dividendos.

Na lista com países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Brasil, de fato, é um dos campeões na taxação de empresas, mas aparece na 33ª posição, num grupo de 39 países, entre os que menos tributam o conjunto de lucros e dividendos na empresa e na pessoa física. Está longe da Coreia do Sul, que taxa o conjunto em 58,8%, de países da zona do euro, com tributação conjunta acima de 50%, e mesmo de latino-americanos como Colômbia (48%), Chile (44,5%) e México (42%).

Site: <https://economia.uol.com.br/columnas/jose-paulo-kupfer/2024/10/23/isencao-do-ir-tera-reducao-de-ganho-indireto-para-rendas-acima-de-r-5-mil.htm>

Só há 9 servidores para fiscalizar distribuição de energia no Brasil

RENAN MONTEIRO

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, disse ontem que o órgão regulador "precisa de ajuda" do ponto de vista orçamentário e da contratação de pessoal. Ele declarou que são "apenas nove servidores para fiscalizar o serviço de distribuição em todo o Brasil".

Sandoval disse que se arrecada em torno de R\$ 1,4 bilhão por ano com a taxa da fiscalização.

Disso, R\$ 400 milhões ficariam efetivamente com a Aneel. "Parte desse recurso é transferida para a União pagar os salários dos servidores e uma outra parte é liberada no orçamento anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias", disse.

O diretor-geral afirmou que houve em 2024 cerca de R\$ 31 milhões "de corte" no orçamento discricionário do órgão regulador, com redução pela metade dos recursos para agências conveniadas.

A afirmação ocorreu após o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enviar no domingo um ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo a "apuração das responsabilidades" da Aneel, após a indisponibilidade na prestação do serviço de energia elétrica na área de concessão da empresa Enel no Estado de São Paulo. O ministro citou "graves consequências à economia e à população".

O ofício direcionado ao presidente da Corte, Bruno Dantas, aponta que em menos de um ano houve diversos eventos que levaram à interrupção no serviço de energia. Isso levou à "percepção sobre a incapacidade do Poder Público em adotar medidas coercitivas necessárias à adequação do serviço", declarou.

Indagado ontem, o diretor-geral da agência disse que há "completa harmonia" com as equipes de fiscalização do TCU e alertou para o risco de insegurança jurídica em decisões referentes a concessões de energia. "O trabalho da agência é muito bem feito. Ainda assim, a multa aplicada à Enel SP, de R\$ 165 milhões, referente ao evento (apagão) de novembro de 2023 foi suspensa pela Justiça. Sinal de que nós não podemos, ao sabor do vento, emitir atos aqui sem embasamento técnico, robustez jurídica,

porque se assim fizermos, nós recebemos, pode ocorrer, como ocorreu, um questionamento judicial." Anteontem, a Aneel informou que foi encaminhado à Enel um termo de intimação em função da "reincidência quanto ao atendimento insatisfatório aos consumidores em situações de emergência". A intimação inicia o processo para posterior avaliação de recomendação de caducidade da concessão. "Contando com nove fiscais, nós só conseguimos agilidade (na intimação) porque nós contamos com o apoio da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo). Enquanto a Aneel tem nove fiscais para fiscalizar todo o Brasil, a Arsesp tem 15 só para São Paulo", comparou Sandoval.

URGÊNCIA E TRANQUILIDADE.

Ele ressaltou ainda que a diretoria dará "tom de urgência" ao processo administrativo que trata da fiscalização da concessão da Enel, mas destacou que existe "tranquilidade" em relação ao rito administrativo, apesar das cobranças do ministro de Minas e Energia.

"A manifestação do ministro é avaliada dentro do contexto do que já estamos fazendo. Ela é importante do ponto de vista de ser uma comunicação do poder concedente, mas temos tranquilidade de que estamos seguindo o nosso rito administrativo", afirmou.

Intimação da Enel

Ele ressaltou ainda que a diretoria dará "tom de urgência" ao processo administrativo / DENISE LUNA

"Voltamos ao patamar de antes do apagão de 2023", afirma ONS Inep divulga os locais de provas para o Enem, que ocorre nos dias 3 e 10 Caça cai perto de base área no RN; piloto desviou de área habitada e ejetou Um caça da Força Aérea Brasileira (FAB) caiu perto da Base Aérea de Parnamirim, na região metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte, no início da tarde de ontem. Antes da queda, o piloto conseguiu desviar a aeronave para uma região desabitada e realizar o procedimento de ejeção. O ministro da Defesa, José Múcio, afirmou em entrevista à CNN Brasil que o piloto do F-5M foi "hábil". I A entrada em operação de três novas linhas de transmissão de energia elétrica no dia 16, no Ceará, elevou a capacidade do envio de energia renovável a partir do Nordeste para o Sudeste, o Centro-Oeste e o

Norte, informou ao Estadão/Broadcast o diretor geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Marcio Rea. Com isso, a carga de energia exportada por usinas eólicas e solares voltou ao patamar de antes do apagão de agosto de 2023, reduzindo os cortes de geração **impostos** aos agentes do setor.

"Os próximos prospectivos dos agentes já vão mostrar uma diferença para eles.

Voltamos ao patamar de antes do apagão com mais segurança e confiabilidade", explicou Rea, referindo-se às empresas geradoras de energia renovável do Nordeste, que reivindicavam essa ação.

No dia 15 de agosto de 2023, o ONS registrou um incidente no Sistema Interligado Nacional (SIN) que separou as Regiões Norte e Nordeste das Regiões Sul e Sudeste. O evento afetou 25 Estados e o Distrito Federal, deixando mais de um terço dos brasileiros sem energia elétrica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarifas podem afetar comércio e reduzir crescimento, diz FMI

Pedro Borg e Suzi Katsumata De São Paulo

O crescimento econômico global poderá sofrer com o aumento de barreiras caso novas e mais altas tarifas atinjam uma "parte considerável" do comércio mundial até meados de 2025, diz o Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório "Panorama Econômico Mundial" (WEO). Isso poderia reduzir o crescimento em 0,8% no próximo ano e em 1,3% em 2026 em relação ao cenário-base.

O FMI prevê crescimento de 3,2% para a economia mundial para este ano e no próximo, porém barreiras comerciais podem colocar em xeque o crescimento econômico que se manteve resiliente apesar de juros e inflação elevadas.

"Medidas que distorcem o comércio devem afetar decisões de países autocráticos", disse ontem Pierre-Olivier Gourinchas, economista-chefe do Departamento de Pesquisas do FMI, em entrevista coletiva. "Essas medidas podem ser danosas para a economia global e para os países que implementarem essas políticas".

O aumento das tensões comerciais pôde ser visto nos últimos meses, com a disputa entre União Européia (UE) e China que fez o bloco europeu a elevar em mais de 30% as tarifas de elétricos chineses. Em resposta, a China impôs tarifas a conhaques europeus.

Já os Estados Unidos vivem uma disputa eleitoral em que os dois principais candidatos a Presidência - Kamala Harris e Donald Trump - defendem o aumento de taxas contra produtos estrangeiros, especialmente da China.

Em um cenário em que EUA, zona do euro e China impõem tarifas de 10% sobre as importações entre as três regiões, o FMI estima que o movimento pode afetar até um quarto de todo o comércio de bens mundial, o que representa aproximadamente 6% do PIB global.

"O aumento de barreiras comerciais pode aumentar as tarifas entre blocos econômicos, afetar o fluxo comercial e influenciar a atividade econômica. Já as incertezas sobre políticas comerciais futuras podem afetar novos investimentos e a atividade econômica",

disse Gourinchas.

O relatório afirma que o aumento das políticas protecionistas "exacerbaria as tensões comerciais, reduziria a eficiência do mercado e interromperia ainda mais as cadeias de suprimento".

Mas a boa notícia, segundo Gourinchas, é que "aparentemente a batalha global contra a inflação foi amplamente vencida, mesmo que as pressões de preços persistam em alguns países". Após atingir o pico de 9,4% ao ano no terceiro trimestre de 2022, agora o FMI estima que a inflação global geral cairá para 3,5% até o fim de 2025, recuando para um pouco abaixo da média das duas décadas anteriores à pandemia.

"Na maioria dos países, a inflação está agora pairando perto das metas do banco central, abrindo caminho para a flexibilização monetária nos principais bancos centrais", disse Gourinchas.

Diante de um cenário de melhora, mas com futuro incerto, o fundo fez revisões sobre o desempenho das economias globais, como um incremento na previsão de crescimento dos Estados Unidos, para 2,8% este ano, compensando a fraqueza de outras economias avançadas. Para a zona do euro, é esperado apenas uma modesta recuperação de um crescimento projetado de 0,8% este ano para 1,2% no ano que vem, com a produção se aproximando do potencial.

Na Ásia, ao FMI estima que a China deve crescer 4,8% em 2024 e 4,5% em 2025, abaixo de sua meta oficial de cerca de 5%.

Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a perspectiva de crescimento é basicamente estável, em torno de 4,2% este ano e no próximo, com um desempenho robusto contínuo dos países da Ásia emergente.

"A queda das taxas de juros em países ricos pode ajudar a economia de países em desenvolvimento, que devem se fortalecer frente ao dólar. Porém, esses países também precisam aplicar reformas que fomentem o crescimento", afirmou Gourinchas.

Apesar do mundo ter evitado o risco de uma recessão no ciclo de alta dos juros para conter a inflação, os

riscos negativos estão aumentando e agora dominam a perspectiva, segundo ele.

"O potencial de escalada de conflitos no Oriente Médio pode impactar no preço do petróleo e custos de transporte, provocando choque negativo de oferta e aumentando pressões inflacionárias. Segundo projeções feitas em abril, o cenário pode impactar até 0,4% da produção global até 2026 e aumentar **inflação** em torno de 0,7% em 2025", disse Gourinchas.

No entanto, o retorno da **inflação** para perto das metas dos bancos centrais abre caminho para três guinadas de política, argumenta Gourinchas. Essas mudanças proporcionariam um "espaço macroeconômico muito necessário, em um momento em que os riscos e desafios permanecem elevados", acrescentou ele.

A primeira guinada, na política monetária, já está em curso. A partir de junho, os principais bancos centrais de economias avançadas começaram a cortar suas taxas de juro básica, em direção a uma posição neutra - que nem fomenta e nem reduz demais a **inflação**. A queda dos juros nas principais economias alivia a pressão sobre as economias emergentes, com o fortalecimento de suas moedas em relação ao dólar e a melhora nas condições financeiras.

A segunda guinada deve ser feita na política fiscal. "O espaço fiscal é uma pedra angular da estabilidade macroeconômica e financeira. Após anos de política fiscal frouxa em muitos países, agora é hora de estabilizar a dinâmica da dívida e reconstruir amortecedores fiscais necessários", diz Gourinchas.

Embora a queda nas taxas de juro básicas pelo mundo ajude a reduzir os custos de financiamentos dos governos, só isso não basta para estabilizar a posição fiscal dos países, o FMI alerta que as autoridades devem agir já, pois adiar as medidas de redução dos gastos só aumenta o risco de ajustes desordenados **impostos** pelo mercado, e uma mudança muito abrupta para um aperto fiscal pode prejudicar a atividade econômica.

Finalmente, a terceira guinada de política - e a mais difícil por causa da resistência das sociedades - é em direção a reformas que promovam o crescimento. Para Gourinchas, é preciso fazer muito mais para melhorar as perspectivas de crescimento e elevar a produtividade, para que os governos possam enfrentar os desafios adiante de reconstruir o colchão fiscal, lidar com o envelhecimento e encolhimento das populações, fazer a transição climática e ainda aumentar a resiliência e melhorar as vidas dos mais vulneráveis.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

É o fiscal, pateta! (Artigo)

Márcio G. P. Garcia

Márcio G. P. Garcia é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, pesquisador sênior do CNPq e Cientista Nosso Estado da FAPERJ. Escreve mensalmente neste espaço. (<https://sites.google.com/view/mgpgarcia>).

A dívida pública brasileira vem crescendo significativamente, conforme mostra o gráfico, e se prevê que continue crescendo. O gráfico mostra uma das medidas de dívida pública, a DPMFi (Dívida Pública Federal Mobiliária interna), acrescida das operações compromissadas. Basicamente, a soma dessas duas medidas é o total de dívida pública que o governo, incluindo o Banco Central, assume junto ao setor privado. As diferentes parcelas dizem respeito aos indexadores da dívida mobiliária: prefixado, taxa Selic, inflação, câmbio e outros.

Além de estar em patamar elevado, a dívida pública mostra contínuo crescimento, mesmo quando medida em relação ao PIB. A dinâmica da razão dívida/PIB é determinada basicamente por três variáveis macroeconômicas: a taxa de juros, a taxa de crescimento do PIB e o déficit público primário (quanto o governo gasta além do que arrecada, afora a despesa de juros). Quanto mais alta a taxa de juros, mais rapidamente cresce a dívida. O mesmo vale para o déficit primário. Já o crescimento do PIB atua no sentido contrário, quanto maior o crescimento, mais devagar cresce a razão dívida/PIB.

Partindo-se de um nível de dívida já muito elevado, como é o caso do Brasil, o crescimento da razão dívida/PIB tende a ser muito rápido devido às interações entre as três variáveis citadas. O problema é que o crescimento rápido dos gastos públicos, não acompanhado por aumento de arrecadação, no mesmo ritmo, vem aumentando o déficit primário para além dos limites impostos pelo arcabouço fiscal. Mesmo que exceções legais sejam feitas para permitir o cumprimento da meta fiscal prevista no arcabouço, isso não impede que a dívida cresça. O mesmo se aplica à contabilidade criativa e ao aumento dos gastos para fiscais.

E qual o efeito do aumento continuado dos gastos públicos? Alguns analistas acreditam que o aumento do gasto público aceleraria a tal ponto o crescimento da economia que reduziria o crescimento da razão dívida/PIB. Infelizmente, não parece ser este o caso,

muito pelo contrário. É bem verdade que a expansão fiscal teve papel importante na expansão do PIB nos últimos três anos, contribuindo para explicar a subestimativa do mercado quanto ao nível de atividade. Mas esse processo se esgotou. Há muitas evidências de que a economia brasileira já está operando a plena capacidade, com o mercado de trabalho bastante apertado. E, como o investimento é baixo, não poderemos continuar crescendo a 3% ao ano.

Efeito mais grave do crescimento continuado do gasto público é o de aumentar os juros.

Com a economia a todo o vapor, a inflação tende a aumentar. Isso exige que o BC aumente a Selic para conter a inflação, como vem ocorrendo. Mas não é só o juro de curto prazo que aumenta. Com a dívida crescendo rápido, aumenta o risco de que a dívida se torne insustentável (impagável), fazendo com que investidores exijam juros de médio e longo prazos mais elevados. A elevação dos juros em todos os prazos, a chamada curva de juros, torna crescimento da razão dívida/PIB muito desfavorável.

Argumentam alguns que o fato de a dívida pública brasileira ser fundamentalmente emitida em moeda nacional tornaria o argumento da insustentabilidade irrelevante. Afinal, o BC sempre poderia emitir reais para pagar a dívida vincenda. Há vários empecilhos legais para impedir o financiamento do Tesouro pelo BC, mas, mesmo que fosse factível, a monetização em larga escala da dívida pública provocaria enorme fuga de capitais, com disparada do dólar e alta inflação. Um cenário distópico, que desfaria o que obtivemos nesses 30 anos desde que o Plano Real derrotou a hiperinflação.

Além do enorme drama humanitário, a covid-19 trouxe diversos efeitos colaterais negativos. Um deles foi que o indispensável aumento de gastos públicos, e, conseqüentemente, da dívida pública, durante a pandemia, criou a impressão de que tais movimentos pudessem persistir por muito mais tempo. Mas não é bem assim. O documento Fiscal Monitor, do FMI, a ser lançado na manhã desta quarta-feira, intitulado "Putting a Lid on Public Debt" (Limitando a Dívida Pública), chama a atenção para os perigos da dívida pública elevada.

De fato, aqui já observamos vários efeitos negativos do aumento rápido da dívida pública. Juros e dólar estão em alta. A composição da dívida pública vem se

tornando mais adversa, com a participação da dívida indexada à Selic aumentando (vide gráfico), como costuma acontecer em situações de crise. São, sem dúvida, tendências preocupantes.

Herbert Stein, economista norte-americano que presidiu o Council of Economic Advisers sob Nixon e Ford, cunhou frase que se tornou famosa: "if something can-not go on forever, it will stop" (se algo não pode continuar para sempre, vai parar). Ou seja, o crescimento da nossa dívida não poderá prosseguir indefinidamente. Pode parar porque a equipe econômica logre conter o aumento desenfreado de gastos públicos que vem ocorrendo desde o governo passado, ou pode ocorrer no cenário de crise descrito acima.

Na eleição dos EUA de 1992, quando Bill Clinton venceu o incumbente George H. W. Bush, o estrategista de sua exitosa campanha, Jim Carville, cunhou a célebre expressão "It's the economy, stupid", para não deixar os democratas esquecerem qual era o foco principal da campanha. Para ter chance de vencer em 2026, Lula precisará de uma economia pujante. Com a política fiscal fora de controle, dificilmente isso ocorreria.

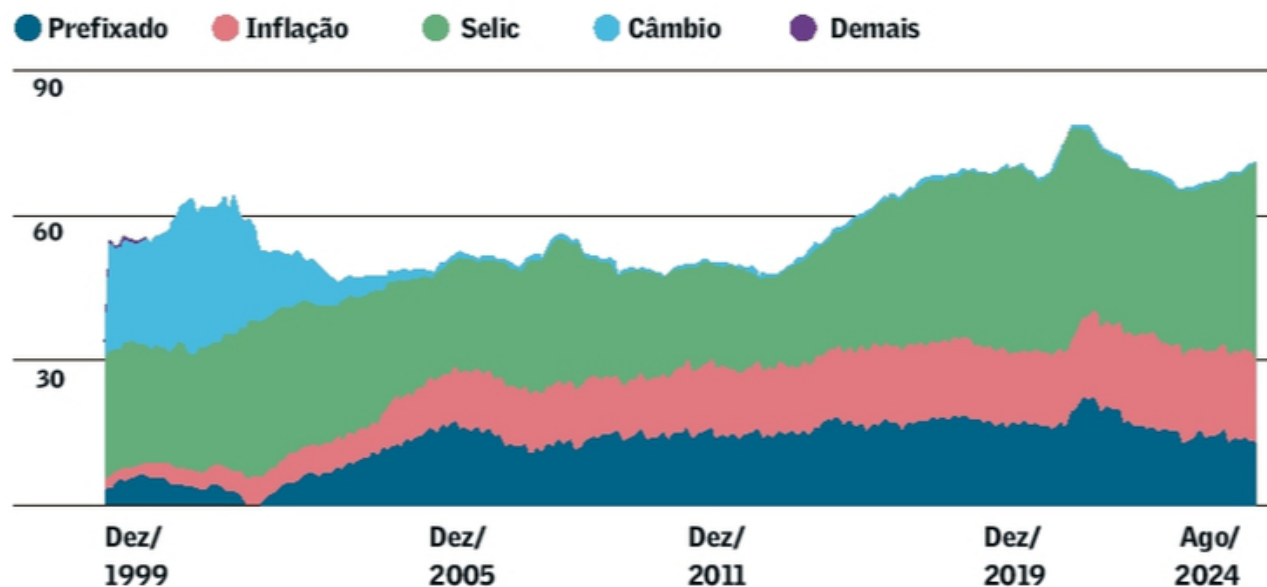
A expansão contínua dos gastos públicos e da dívida pública aumenta a inflação e prejudica o crescimento

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188020?page=24§ion=1>

Dívida pública mobiliária federal

Interna + Compromissadas em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

Se eleita, Kamala deve atrair simpatia de empresários nomeando equipe centrista

James Politi *Financial Times, de Washington*

Se a candidata presidencial democrata Kamala Harris vencer a eleição dos EUA no dia 5, espera-se que ela monte uma equipe que atraia o setor empresarial. Ela está pronta para reformular a equipe econômica do governo, enquanto se prepara para implementar a abordagem centrista que defendeu na campanha.

Com a corrida presidencial contra o candidato republicano Donald Trump extremamente acirrada, a vice-presidente não deve tomar grandes decisões sobre nomeações até a eleição.

No entanto, se for eleita, terá de decidir rapidamente quais mudanças quer fazer nas principais posições econômicas, selecionando entre funcionários atuais e ex-integrantes do governo Biden, além de nomes do setor privado.

Como Kamala deve abordar a economia dos EUA? Uma vitória de Kamala traria menos rupturas para a maior economia do mundo do que uma segunda administração de Trump, que prometeu grandes cortes de **impostos** e a imposição de tarifas massivas sobre importações.

Contudo, Kamala tem se distinguido de Biden ao sinalizar que deve se posicionar mais ao centro, mostrando-se mais disposta a ouvir as idéias e preocupações do setor corporativo. "Eu prometo que serei pragmática na minha abordagem", disse ela no mês passado em Pittsburgh, na Pensilvânia, durante seu discurso econômico mais importante da campanha.

Segundo um economista democrata, é provável que haja mudanças de pessoal após a saída de Biden, em parte porque alguns já planejavam deixar os cargos e em parte porque Kamala vai querer trazer sua própria equipe.

"Acho que o padrão é começar uma equipe do zero. Isso pode significar uma reorganização, mas não acredito que muitas pessoas seguirão em seus cargos", disse ele.

Quem Kamala deve escolher para o Departamento do Tesouro? A nomeação econômica mais relevante para Kamala será a do próximo secretário do Tesouro.

Janet Yellen, que está no cargo desde o início do governo Biden, indicou no mês passado, durante o Texas Tribune Festival, que pretende deixar a função, sugerindo que sua missão chegou ao fim.

Wally Adeyemo, vice de Yellen, é visto como o sucessor natural, segundo fontes próximas às discussões. Ele tem laços próximos com Kamala - inclusive participaram juntos de eventos pelo país - e é bem visto por parlamentares de ambos os partidos, o que pode facilitar sua confirmação.

Diferentemente de Yellen, Adeyemo, de 43 anos, não é macroeconomista, mas é conhecido pela habilidade em política pública, com experiências no grupo BlackRock e na fundação de assistência social de Barack Obama.

Outra opção para o cargo é Lael Brainard, diretora do Conselho Econômico Nacional e ex-membro sênior do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). No entanto, Kamala pode preferir esperar para considerá-la como possível sucessora de Jay Powell na presidência do Fed, cujo atual mandato termina em 2026.

Caso ela decida selecionar alguém de dentro do governo de Joe Biden, Gina Raimondo, secretária de Comércio, e Jeff Zients, chefe de Gabinete da Casa Branca, são opções viáveis. Ambos mantêm fortes conexões com o setor corporativo.

Quem são os principais conselheiros econômicos de Kamala? Desde que lançou sua campanha presidencial em julho, após Biden retirar sua candidatura, Kamala rapidamente reuniu um grupo de conselheiros para formular suas políticas econômicas e que poderiam ocupar cargos importantes em seu governo.

Um dos principais assessores da campanha é Brian Nelson, ex-funcionário sênior do Tesouro responsável por sanções e finanças antiterrorismo. Gene Sperling, veterano conselheiro econômico nos governos de Bill Clinton, Obama e Biden, também faz parte da equipe.

Além disso, Kamala tem se apoiado bastante em especialistas de política econômica fora da campanha, como Brian Deese, ex-diretor do Conselho Econômico Nacional de Biden; Mike Pyle, ex-economista-chefe de

Kamala, atualmente no BlackRock; e Rohini Kosoglu, ex-assessora de políticas domésticas da vice-presidente.

Ainda que inclua muitos integrantes do governo Biden durante um eventual mandato liderado por ela, fontes próximas à campanha democrata afirmam que Kamala não deve nomear tantos auxiliares do campo progressista quanto seu antecessor.

O governo de Kamala incluirá executivos do setor privado? Uma das maiores diferenças entre Kamala e Biden em termos econômicos é a familiaridade e disposição dela em dialogar com executivos, o que levantou especulações de que alguns poderiam assumir cargos em seu governo.

Tony West, ex-funcionário do Departamento de Justiça e executivo do Uber, além de cunhado de Harris, tem sido um dos principais conselheiros dela nos últimos meses. Mark Cuban, bilionário e investidor esportivo e midiático, tem feito campanha para Kamala, argumentando que ela seria mais favorável aos negócios do que Trump.

"Esta eleição é uma batalha pelos empreendedores", afirmou Cuban durante um comício da candidata democrata em Wisconsin.

Entre outros executivos próximos a Kamala estão os banqueiros de investimento Blair Efron e Ray McGuire, além do executivo financeiro Ken Chenault.

Kamala também tem laços mais profundos com o Vale do Silício do que Biden. Karen Dunn, advogada que representa o Google em sua disputa anti-truste com o Departamento de Justiça, ajudou Kamala a se preparar para seu debate contra Trump no mês passado.

Apesar da abertura aparente a figuras do setor privado, Kamala ainda não declarou publicamente se pretende substituir reguladores importantes, como Gary Gensler, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (SEC, pelas iniciais em inglês), e Lina Khan, presidente da Comissão Federal de Comércio (FTC), que são amplamente criticados por executivos de Wall Street e pelo setor empresarial por suas rigorosas ações de fiscalização.

"Prometo que serei pragmática na minha abordagem"
Kamala Harris

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

Apoio de bilionários a Trump tem raiz mesquinha

Edward Luce *Financial Times*

Com uma fortuna que mais do que dobrou para US\$ 50 bilhões desde 2021, Steve Schwarzman e seus descendentes poderiam gastar um milhão de dólares por semana durante mil anos e ainda sobraria dinheiro. No entanto, o cofundador da Blackstone está tão preocupado que os democratas prejudiquem a economia que está totalmente ao lado de Donald Trump - apesar de ter descrito o ataque de 6 de janeiro como "uma afronta aos valores democráticos que prezamos". Não preza tanto assim, ao que parece.

Seria arbitrário destacar apenas Schwarzman. Como Susan Glasser explica em "The New Yorker", muitos dos bilionários que estão financiando Trump agora estão tendo que engolir suas palavras. Elon Musk, que está oferecendo US\$ 1 milhão por dia até 5 de novembro, como prêmios de loteria, para novos eleitores cadastrados na Pensilvânia, já havia sugerido que Trump "pendurasse o chapéu e navegasse ramo ao pôr do sol".

Nelson Peltz, dono de um fundo hedge na Flórida, chamou Trump de uma pessoa "terrível".

"Votei [em Trump] na última eleição", disse Peltz em 7 de janeiro de 2021. "Hoje, me arrependo de ter feito isso." Os recentes eventos de arrecadação de fundos de Peltz para Trump são seu pedido de desculpas implícito. Entre outros financiadores estão Harold Hamm, bilionário do setor de petróleo em Oklahoma, que disse ao "Financial Times" no ano passado que gostaria que Trump encerrasse a "divisão e o caos" e se aposentasse. Agora, parece, esse caos vale o risco.

Um ou dois financiadores do movimento MAGA [o movimento trumpista Faça os EUA Grandes Novamente], notavelmente Timothy Mellon, herdeiro da dinastia de Pittsburgh, nunca vacilaram em seu apoio a Trump. O restante deixou claro que valoriza mais o crescimento de seus ativos do que o futuro da democracia nos EUA. Mesmo assim, os anos de Joe Biden foram generosos para os super-ricos americanos. O índice S P 500 subiu mais de 50% desde que ele assumiu o cargo, e outros viram seu patrimônio crescer a taxas semelhantes às de Schwarzman. Kamala Harris, que se apresenta como uma "capitalista", é mais amigável aos negócios do

que Biden. Ela propõe, por exemplo, um imposto sobre ganhos de capital de 28%, contra os 39,6% sugeridos por Biden.

O que há em Kamala que faz os bilionários voltarem a um homem que muitos deles condenaram? Cada bilionário tem suas próprias razões. Alguns, como Musk, buscam benefícios específicos de desregulamentação sob o governo Trump. Uma abordagem mais branda para os carros autônomos da Tesla e mais contratos federais para os satélites Starlink são vantagens óbvias. Entre os grandes apoiadores de Trump, Musk é o único cuja fortuna diminuiu durante os anos Biden, mas ele parece culpar os democratas por excesso de regulamentação, em vez de seus próprios erros empresariais.

Outros, como Miriam Adelson, viúva do magnata dos cassinos Sheldon Adelson, acreditam que Trump seria melhor para Israel. Hamm é motivado pela promessa de Trump de suspender a proibição de Biden à perfuração no Ártico e ao congelamento das exportações de gás natural liquefeito. Em maio, Trump pediu, a 20 executivos de petróleo e gás, US\$ 1 bilhão em troca de livre acesso à exploração. Os US\$ 14,1 milhões arrecadados desde então estão longe desse valor, mas são dez vezes mais do que Biden e Kamala receberam de doadores do setor de energia. Entusiastas de criptomoedas, como Howard Lutnick da Cantor Fitzgerald, também querem menos regras sobre o bitcoin e esperam que Trump impeça o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de lançar sua própria moeda digital. Trump prometeu até adicionar o bitcoin ao balanço do Fed.

Todos os bilionários se preocupam com o vencimento, no próximo ano, de parte significativa da Lei Tributária de 2017 de Trump. Embora a alíquota sobre as empresas de 21% seja permanente e o imposto sobre ganhos de capital de 20% permaneça intacto, a maior perda seria a redução pela metade da isenção do imposto sobre herança para US\$ 13,6 milhões. No entanto, existem inúmeras maneiras de evitar o imposto sucessório. Se Kamala vencer, ela provavelmente terá de lidar com um Senado republicano, que bloquearia seus planos de taxar ganhos de capital não realizados. Na prática, a diferença tributária entre Trump e Kamala é mínima.

O que, então, está impulsionando os ricos de volta a

Trump? A peça faltante é a psicologia. Quando se tem tanto dinheiro quanto Creso [personagem que, segundo a tradição grega, foi rei da Lídia e construiu o Templo de Ártemis em Éfeso, uma das 7 maravilhas do mundo antigo] surge a paranóia de perder tudo. Sua percepção da realidade muda. Em 2010, Schwarzman comparou os planos de Barack Obama de fechar a brecha de "carried interest" - que permite que proprietários de private equity paguem menos **impostos** do que suas secretárias, como disse Warren Buffett - à invasão nazista da Polônia. Nem expertise contábil nem conhecimento histórico justificariam tal analogia absurda.

Outros bilionários e muitos executivos doaram para Kamala. Sua arrecadação de quase US\$ 1 bilhão no último trimestre supera o total de Trump desde janeiro de 2023. Talvez esses doadores valorizem mais a democracia. Ou talvez estejam mais motivados pela proteção de ativos. O efeito inflacionário da planejada guerra tarifária global de Trump e sua ameaça à independência do Fed prejudicariam os resultados financeiros de todos.

Quando se tem tanto dinheiro quanto Creso surge a paranóia de perder tudo

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

Campos Neto fala em choque fiscal

RAPHAEL PATI

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, comentou ontem que o aumento da taxa Selic em 0,25 ponto percentual na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), mesmo com um corte nos Estados Unidos, ocorreu devido a uma desancoragem das expectativas de inflação.

Ele participa do encontro do G20 com líderes de bancos centrais e ministros de economia das nações mais ricas do mundo, em Washington (EUA), até amanhã (24).

"O que nós temos visto é que a economia foi muito resiliente.

O mercado de trabalho foi muito firme. Nós estamos vendo agora um hiato de produto pelo lado positivo e também, nas projeções de inflação, todas as estimativas começaram a desancorar. Então nós entendemos que foi um momento oportuno para começar a tratar sobre essas questões", disse Campos Neto, em entrevista à CNBC, canal de notícias dos EUA.

Mais uma vez, ele apontou a necessidade de implementar uma política fiscal mais restritiva.

"É muito difícil imaginar uma situação em que, partindo de agora, nós somos capazes de ter juros muito menores do que hoje, a menos que nós sejamos capazes, de alguma forma, de produzir um choque positivo no lado fiscal", afirmou.

Independência Campos Neto reforçou a importância da autonomia institucional da autoridade monetária, aprovada em 2021. Chegou a criticar os líderes que tentam minar a independência dos bancos centrais e voltou a defender o compromisso com o equilíbrio fiscal. "Ao minar a autonomia dos bancos centrais, o que muitos líderes estão fazendo é criar problemas para seus próprios governos", alertou.

"Meu entendimento é que o banco central autônomo é muito importante para os governos, porque, no final, quando as pessoas têm a expectativa de que você tenha seu ciclo de política monetária separado do ciclo político, você tem mais credibilidade.

Quando você tem mais credibilidade, você tem menos prêmio de risco em sua curva de taxa de juros e você tem menos risco associado ao país. E quando temos

isso, todas as outras políticas funcionam melhor", concluiu.

Em agosto de 2022, a Selic atingiu o maior patamar em seis anos, com o Copom aumentando a taxa para 13,75% ao ano. Desde o segundo semestre de 2023, houve sucessivos cortes, até o comitê decidir elevar em 0,25% na última reunião, o que fez com que voltasse para 10,75%, em virtude de uma maior pressão sobre a inflação e aumento do câmbio, na análise do BC.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6571/23-10-2024>.

FMI prevê que PIB do Brasil crescerá 3% este ano

São Paulo - O Fundo Monetário Internacional (FMI) ficou mais otimista com a economia brasileira em 2024, revisando para cima a previsão de crescimento para o país neste ano. Para 2025, a perspectiva é de um desempenho levemente inferior. As projeções estão no mais recente World Economic Outlook, relatório publicado ontem. Para o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, a expectativa do FMI é de um crescimento de 3% em 2024 e de 2,2% em 2025 - respectivamente, 0,9 ponto acima e 0,2 ponto abaixo do que era estimado no relatório divulgado pelo Fundo em julho.

Segundo o documento, a previsão de crescimento mais robusto para o Brasil se dá pelo fortalecimento do consumo interno e de investimentos na primeira metade do ano. Isso é visto pelo FMI como reflexo de um mercado de trabalho mais aquecido, maiores transferências governamentais e impacto econômico menor do que o esperado das enchentes no Rio Grande do Sul.

O Fundo também espera que o desemprego no Brasil feche este ano e 2025 em patamares mais baixos do que no ano passado, com uma taxa de 7,2% para ambos os períodos. No entanto, com a política monetária ainda restritiva e o esperado arrefecimento do mercado de trabalho, a entidade agora espera o crescimento levemente inferior em 2025.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Aplicações e resgates registram recorde

O Tesouro Direto bateu recordes em agosto, dos dois lados. No mês, as aplicações somaram pouco mais de R\$ 8,01 bilhões e os resgates chegaram a R\$ 12,95 bilhões. Os valores foram os maiores das séries históricas correspondentes.

Como resultado, o resgate líquido em agosto foi de R\$ 4,94 bilhões.

Foram realizadas 716.115 operações no mês. As aplicações de até R\$ 1.000 representaram 56,4% das operações totais.

As informações foram publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na última segunda-feira.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram os indexados à **inflação** (50,6%), seguidos pelos indexados à Selic (41,7%) e os prefixados (7,8%). Em relação ao prazo de emissão, 79,6% das vendas corresponderam a títulos com vencimentos entre um e cinco anos.

O estoque do programa fechou o mês em R\$ 141,5 bilhões, uma redução de 2,6% em relação a julho.

Por outro lado, o total de investidores ativos no Tesouro Direto, que têm algum saldo em aplicações no programa, atingiu 2,664 milhões no período, um acréscimo de pouco mais de 4.658 investidores na comparação mensal.

Negociações suspensas

Entretanto, as negociações do Tesouro Direto paralisaram novamente ontem em decorrência da greve dos servidores do Tesouro Nacional.

Eles reivindicam mudanças na carreira e reajuste salarial. Esta é a quarta interrupção neste mês.

A interrupção acontece em todo o sistema financeiro, e nenhuma instituição ou banco pode vender títulos aos investidores, informou o Tesouro.

De acordo com o Tesouro Nacional, o acompanhamento da mobilização dos servidores da carreira de Finanças e Controle é feito com atenção, assim como os respectivos impactos nas atividades da instituição econômica.

"No momento, as entregas críticas do órgão são realizadas normalmente, mas há uma lentidão nas

demais atividades, resultando em um alongamento do cronograma de entrega de projetos e processos não críticos", disse o órgão em nota à imprensa (Da Folhapress e Agência Brasil).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18183>

Indústria do País sobe 30 posições e chega a 40º lugar em ranking mundial

DANIELA AMORIM RIO

A indústria de transformação brasileira voltou a melhorar sua posição no ranking mundial de crescimento da produção, segundo levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) obtido com exclusividade pelo Estadão/Broadcast.

A produção industrial do setor de transformação cresceu 2,9% no segundo trimestre de 2024, ante o mesmo período do ano anterior.

O desempenho alçou o Brasil à 40.^a posição em um ranking de 116 países com informações já divulgadas pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (United Nations Industrial Development Organization, a Unido).

Um ano antes, a indústria de transformação brasileira amargava a 70.^a colocação - um avanço, portanto, de 30 posições.

Segundo Rafael Cagnin, economista- chefe do Iedi, parte do dinamismo visto na indústria de transformação brasileira em 2024 é produzida por um impacto defasado do último ciclo de redução da taxa básica de juros, a Selic, que facilitou o acesso ao crédito para consumo de bens duráveis (o impacto da política monetária na atividade econômica costuma ser defasado em alguns meses). O ciclo de queda da Selic foi iniciado em agosto de 2023, com o corte da taxa de 13,75% para 13,25%; terminou em maio passado, ao estacionar em 10,50%, antes de subir a 10,75% em setembro (já fora do período pesquisado).

"É justamente essa indústria de bens duráveis que vem puxando o dinamismo industrial brasileiro neste ano. Tem também outros fatores: ganho de melhores empregos no Brasil, ganho de rendimento real por causa disso, uma acomodação no processo inflacionário, programas públicos importantes como reajuste do salário mínimo e ampliação do Bolsa Família, e fatores pontuais também como pagamento de precatórios antecipados, que favorecem porque injetam condições demanda na economia", disse Cagnin.

O Iedi disse que, no segundo trimestre, o Brasil mostrou melhor posição no ranking do que outros

países latino-americanos "de destaque", como Chile (-0,6%, figurando na 71.^a posição), México (-1%, em 75.^o lugar), Colômbia (-3%, em 95.^o) e Argentina (-17,1%, em 115.^o lugar). A produção industrial argentina só não foi pior que o desempenho da Palestina, que amargou uma perda de 28,5% em meio aos bombardeios de Israel.

Já o resultado positivo do Brasil superou também no ranking países como os Estados Unidos (-0,1%), Reino Unido (-0,5%), França (-1,5%), Japão (-2,9%) e Itália (-2,9%).

Nas primeiras posições da lista, figuram Trinidad e Tobago (82,9%), Armênia (42,3%), Ruanda (21,5%), Kuwait (16,6%) e Taiwan (15,0%).

PIB. A indústria de transformação deve contribuir positivamente para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2024, previu Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Nos 12 meses encerrados em agosto, o **PIB** crescia 2,8%, com ajuda de uma alta de 1,9% acumulada pela indústria de transformação no período, segundo dados do Monitor do **PIB** da FGV.

"Está havendo essa demanda por bens industriais, um consumo de bens duráveis, graças à redução da taxa de juros. Há um aumento de renda, através de transferências do governo e da ampliação do emprego. Então, a indústria está reagindo bem, fez investimentos na importação de máquinas e equipamentos.

Tem um conjunto de fatores que estão favorecendo a indústria", relatou Considera.

O estudo do Iedi mostra que a indústria de transformação brasileira teve expansão semelhante à da média mundial em diferentes comparações.

No segundo trimestre de 2024 ante o segundo trimestre de 2023, a produção do Brasil cresceu 2,9%, ante uma alta de 2,5% do total mundial. Na comparação com ajuste sazonal, a indústria de transformação brasileira aumentou sua produção em 0,9% no segundo trimestre de 2024 ante o primeiro trimestre de 2023, enquanto a média global foi de

expansão de 1% no período. No acumulado do primeiro semestre de 2024 em relação ao mesmo semestre do ano anterior, a indústria de transformação brasileira cresceu 2,3%, ante uma elevação de 2,0% no total mundial.

Comparação

2,9% foi o crescimento da produção da indústria de transformação no segundo trimestre deste ano no Brasil ante o mesmo período de 2023

2,5% foi a média do crescimento da produção da indústria em todo o mundo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Melhor apagar logo o incêndio - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

O dólar está novamente na casa de R\$ 5,70 e os juros de mercado estão acima de 12,5% ao ano, mesmo nos vencimentos de longo prazo. Ambos os movimentos têm sido mais intensos no Brasil do que em países emergentes parecidos, e na contramão da elevação da nota de crédito do país pela Moodys. Diferentemente da agência de classificação de risco, a percepção dos agentes ou players de mercado é de aumento do risco fiscal.

Será essa deterioração dos preços de ativos excessiva? Haveria má vontade da Faria Lima com o governo Lula?

A melhora da nota de crédito está, em grande medida, associada aos bons números da economia, sendo o comportamento do **PIB** uma variável-chave para a avaliação de risco fiscal. Isso porque países mais prósperos têm maior capacidade de honrar seus compromissos com credores. E, mais concretamente, as métricas fiscais (resultado primário e dívida pública) calculadas como proporção do **PIB** são favorecidas pelas revisões para cima das estimativas de crescimento - agora em 3%, ante 1,5% no final de 2023.

Talvez tenha havido, porém, alguma precipitação da agência de risco. Para começar, o desempenho do **PIB** tem algum artificialismo, refletindo os próprios estímulos governamentais.

Mais importante, tem havido retrocessos no regime fiscal, no sentido de as regras que ditam o Orçamento não serem compatíveis com o objetivo de estabilização da dívida pública.

Enquanto isso, os muitos ruídos produzidos pelo governo alimentam a desconfiança de que não há intenção e tampouco capacidade política para conter o crescimento dos gastos, dentro e fora do Orçamento. Cresce o medo de repetição do governo Dilma, com excessos fiscais e truques contábeis para camuflá-los.

Há ainda temores de baixo compromisso do próximo presidente do BC com a meta de **inflação** de 3%. A volta do aperto monetário não convenceu o mercado, e as expectativas de **inflação** continuam a piorar, estando acima da meta, mesmo para o longo prazo.

Apesar da defesa da política monetária feita por Gabriel Galípolo, a gestão ainda é de Campos Neto.

Para responder à pergunta sobre haver ou não pessimismo exagerado no mercado, meu colega Cristiano Souza e eu estimamos alguns modelos para explicar a inclinação da curva de juros (diferença entre a taxa de 1 ano e a taxa Selic), utilizando como variáveis explicativas: a expectativa de **inflação** (12 meses à frente), o risco-país (Credit Default Swap) a taxa de juros nos EUA (nível ou diferença entre a taxa de 3 anos e a Fed fund rate) e o desempenho da política fiscal (projeções do mercado para a evolução do estoque da dívida pública).

A conclusão é que há sim exagero, medido pela diferença entre a precificação atual de alta de juros e as previsões dos modelos. A taxa de juros futura de 1 ano deveria estar entre 10,4% e 11,1% (significa que o ciclo de alta da Selic seria revertido em 1 ano), e não nos 12,5% atuais.

Esse fenômeno, porém, é menos atípico do que se imagina.

Antes de avançar, vale lembrar que a elevada volatilidade dos preços de ativos, com exageros na alta e na baixa, é inerente ao funcionamento dos mercados. Há imperfeições de mercado que alimentam mudanças bruscas de posição dos players diante de uma nova informação. Com elevadas incertezas, ir contra expectativas ou posições majoritárias (ir contra a manada) pode ser muito arriscado. Perder dinheiro sozinho por uma aposta que se revela equivocada no futuro é pior do que perder dinheiro junto com a maioria.

A pressão na curva de juros se manifestou mais recentemente, nos últimos meses. Fosse simplesmente má vontade com o governo, não teríamos observado seu comportamento benigno ou dentro do esperado antes do estresse recente.

Além disso, a magnitude do atual desvio é comparável a outras situações, como em 2021, em resposta aos excessos fiscais da pandemia, os furos no teto de gastos e o re-presamento do pagamento de precatórios.

Quanto à taxa de câmbio, o descolamento em relação

ao estimado pelos modelos de previsão também é relevante, sendo que a cotação do dólar deveria estar mais próxima de R\$ 5,10. Mais uma vez, não é novidade esse descompasso, sendo até menor do que o observado em 2020/21.

O risco de um período prolongado de tensão nos mercados está aí e precisa ser aplacado, para não prejudicar o investimento e o dinamismo da economia.

Convém o governo estancar as fontes de incerteza.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Salto no turismo internacional eventos promovem imagem do brasil

CAROLINA NALIN

O Brasil avança na captação de visitantes internacionais. Depois de atingir a marca de 4,9 milhões de turistas estrangeiros entre janeiro e setembro deste ano, a expectativa do governo federal é que o país alcance um recorde de 7 milhões até o fim de 2024.

E as metas do Plano Nacional de Turismo são ainda mais ambiciosas: elevar esse número para 8,1 milhões até 2027- embora o ministério e a Embratur, agência de promoção turística do país no exterior, já mirem em superar 10 milhões, considerando o ritmo de crescimento atual -, além de passar de 93 milhões para 150 milhões de viagens domésticas nesse mesmo prazo.

Para especialistas do setor, essa trajetória é viável graças ao desenho estratégico de ações de promoção e captação de visitantes atual. Além de sediar a COP30, conferência das Nações Unidas para o

clima em 2025 em Belém, e trazer eventos do Brics durante sua presidência anual em 2025, o Brasil tem fortalecido sua presença em feiras internacionais. Essa foi a visão trazida por autoridades no debate "Caminhos do Brasil", na segunda-feira, que discutiu planos para a expansão da indústria do turismo.

DADOS E PLANEJAMENTO

A série "Caminhos do Brasil" é uma iniciativa de O Globo e Valor Econômico e da Rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Marcelo Freixo, presidente da Embratur, destacou a criação de uma equipe interna dedicada à inteligência de dados, mapeando o comportamento de visitantes e do mercado, o que tem auxiliado na diversificação de produtos brasileiros no exterior:

-A gente tem hoje a possibilidade de ler como o mundo olha para o Brasil.

Essa capacidade técnica aumentou muito a nossa capacidade de promoção do país. Que Brasil a gente promove na Europa? Nos Estados Unidos? Temos essa possibilidade diante da diversidade que nós

temos.

Ele explicou a importância desse trabalho na promoção de destinos do país:

- Na Conferência da ONU, em Nova York, promovemos o Brasil divulgando a Amazônia. Na França, usamos a Olimpíada de Paris para promover a prática de esportes no Brasil. Cada ferramenta que a gente tem em cada mercado aumentou muito a eficiência da promoção do Brasil.

O turismo representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e, segundo Freixo, a expectativa é bater recorde de receita e número de turistas este ano. De janeiro a agosto, a arrecadação dessa indústria chegou a US\$ 4,8 bilhões, alta de 9% em relação ao mesmo período do ano passado, informou o presidente da Embratur.

No calendário de eventos internacionais do setor, a Embratur participou, por exemplo, da Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT) em Buenos Aires, em parceria com o Ministério do Turismo. Lá foi anunciado um plano de promoção específico para o Rio Grande do Sul para apoiar a reconstrução do estado após as enchentes de maio deste ano.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, destacou os esforços do governo para intensificar a promoção dos destinos gaúchos. A reabertura do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, na segunda-feira, após cinco meses, será instrumento importante, disse ele:

- Vamos intensificar a promoção de destinos do Rio Grande do Sul, para que, agora, com o aeroporto funcionando, voltemos a receber não só os turistas regionais, mas de outros países, como Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina.

A atração de eventos internacionais e o seu papel na promoção de uma imagem positiva do Brasil foi outra frente mencionada pelo ministro. É o caso da COP30 em Belém, citou Sabino, que ajudará a emitir uma boa visão do país para chefes de estado, ministros e membros da sociedade civil.

No comando do Brics em 2025, o Brasil será também palco para outros eventos de grande visibilidade e que

deverão contribuir para destapar gargalos do mercado turístico brasileiro, segundo Sabino. Desafios de segurança pública e infraestrutura são os principais entraves, apontou:

- Claro que existem episódios de insegurança no país, mas isso existe em todo lugar e temos conseguido superar. Na área de infraestrutura, temos desafios como todos os países emergentes. Estamos enfrentando de peito aberto, com infraestrutura pública e apoio da iniciativa privada

"OPORTUNIDADE DE OURO"

Esse esforço de promoção internacional precisa ser acompanhado pelas agências de viagens para garantir que o turista tenha uma experiência à altura do prometido, lembrou Ana Carolina Medeiros, presidente do conselho da Abav Nacional, que reúne essas empresas:

-Temos que fazer todo o trabalho para que o turista conheça aquela destino e volte sempre, com transporte interno eficiente, boa hotelaria e guias especializados.

A política de vistos não deve afetar o fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil, ponderou Freixo. Ele explicou que o Brasil obteve avanços importantes em acordos com nações como o Japão, em que não há exigência mais de vistos entre os dois países:

-Foi fruto de muito diálogo conduzido pelo Celso (Amorim, assessor especial da Presidência). Já em outros países tem uma delicadeza. Tem que olhar para economia, turismo, diplomacia e priorizar o bom senso -disse ele, frisando que prevalece o princípio da reciprocidade nesses acordos.

José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, avalia que o turismo é uma "oportunidade de ouro" para o Brasil, mas avalia haver ainda um descompasso entre a vocação turística do Brasil e o número atual de visitantes estrangeiros que o país recebe, conferindo espaço para crescimento:

-Com foco e boas políticas públicas voltadas para resolver os conhecidos gargalos do setor, o país tem tudo para acertar o passo e conquistar o lugar de destaque que lhe cabe como opção do turismo global.

8,1 milhões de visitantes internacionais em 2027

É a meta traçada pelo governo que, no entanto, avalia ser possível superar 10 milhões

150 milhões de viagens domésticas

É o movimento anual previsto para 2027, subindo de 93 milhões neste ano

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil tem de recompor base fiscal, diz Haddad

Alexandra Bicca Para o Valor, de Washington

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou nesta terça-feira, em Washington, que o governo tem o desafio de recompor a base fiscal do país para cobrir as "despesas herdadas para as quais não havia fonte de financiamento e que têm que ser pagas". O ministro participa do encontro de outono (hemisfério Norte) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. O diretor de Política Monetária e próximo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também participa do encontro.

"Então, conforme anunciei uma dezena de vezes, a base fiscal do Estado brasileiro foi corroída. No período de 2014 e 2022, muito fortemente. Nós vamos recompor essa base fiscal", disse. "Nós precisamos recompor essa base fiscal, ao mesmo tempo que restringimos as despesas que devem cair como proporção do PIB, se o PIB continuar crescendo acima dos 2,5%, que é o teto do alcance fiscal."

Também negou que o país cresça com base em estímulos fiscais. "O estímulo fiscal deste ano foi muito menor que no ano passado, e não obstante a economia cresceu mais neste ano que no ano passado. Entendo que dependemos de uma série de variáveis que precisam ser ajustadas, mas não é verdade que o Brasil está passando por um estímulo fiscal", disse.

Ele disse que há "transparência nas contas", além de um trabalho para a "convergência entre despesas e receitas primárias para dar sustentabilidade para o país".

Pela manhã, Haddad participou de reunião com Lael Brainard, diretora do Conselho Econômico da Casa Branca, na qual tratou de questões relacionados a G20, acordos bilaterais e pautas climáticas, metais críticos também teriam sido abordados durante o encontro.

O ministro comemorou as projeções de crescimento do FMI para a economia brasileira em 2024. O relatório projeta 3% de crescimento e desaceleração para 2,2% em 2025. De acordo com Haddad, a revisão feita é reflexo das políticas do governo do ponto de vista fiscal.

"É a primeira vez que um aumento da projeção é tão grande quanto esse. Tem que lembrar também que o FMI refez a projeção do PIB potencial brasileiro muito recentemente. O nosso PIB potencial estava lá atrás e hoje a última atualização já passou para 2,5% do PIB potencial", disse.

Para o economista André Roncaglia, diretor-executivo do FMI, a revisão é resultado do trabalho que o governo brasileiro tem feito.

"O FMI fez uma atualização da previsão e foi o maior ajuste que o Fundo fez em termos de crescimento para todos os países que ele acompanha. Foi o Brasil incorporando já os efeitos das várias políticas que o governo vem adotando sobre o crescimento da economia. Ele aumentou, então, a previsão de crescimento em 0,9 ponto percentual para este ano", disse Haddad.

Haddad negou que o crescimento seja baseado em expansão dos gastos públicos. "O estímulo fiscal deste ano foi muito menor que no ano passado, e não obstante a economia cresceu mais neste ano que no ano passado.

Haddad disse, ao ser questionado sobre a corrida eleitoral à Casa Branca, que respeita eleições internas e que Brasil nunca teve dificuldade de se relacionar com diferentes governos americanos.

Haddad minimizou, em Washington, um risco de piora da relação bilateral caso o Partido Republicano volte ao poder com Donald Trump. Pregando cautela e lembrando que ninguém ainda pode cravar o que acontecerá, Haddad defendeu o pragmatismo brasileiro. "O Brasil também nunca teve dificuldade de se relacionar, ora com candidatos vitoriosos do partido democrata, ora com candidatos vitoriosos do partido Republicano", disse o ministro. Haddad disse ainda que não teme uma mudança de postura climática caso exista uma mudança de comando da Casa Branca.

Questionado se teme eventual aumento de tarifas prometidos por Donald Trump caso o republicano vença as eleições, Haddad defende cautela. "Vamos aguardar o resultado da eleição e vamos aguardar o que de fato vai ser feito, porque às vezes se anunciam coisas que acabam não se traduzindo na prática. Tem o calor da eleição, né? A gente já viu isso acontecer

em vários lugares do mundo."

"O estímulo fiscal deste ano foi muito menor que no ano passado" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

Estatais federais podem ter neste ano pior déficit desde 2014

Edna Simão, Jéssica Sant'Ana e Lucianne Carneiro De Brasília e Rio

Com aceleração dos investimentos, as empresas estatais federais registraram déficit de R\$ 3,37 bilhões no acumulado do ano até agosto, o equivalente a 0,04% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo dados do Banco Central (BC). Se mantido esse patamar até o fim do ano, o resultado será o pior em dez anos. Em 2014, o saldo negativo foi R\$ 3,446 bilhões, considerando valor corrigido pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até agosto.

Além das estatais federais, há as empresas estaduais e municipais. No acumulado deste ano, as companhias públicas dos Estados registram déficit de R\$ 3,858 bilhões (-0,05% do **PIB**), enquanto as municipais têm um pequeno superávit de R\$ 20 milhões. Considerando todas as esferas, as empresas estatais do setor público estão com déficit de R\$ 7,213 bilhões, igual a 0,10% do **PIB**. Este é o maior percentual para o período de toda a série para o indicador, iniciada em 2002. Antes disso, a maior fatia tinha sido em 2015, de 0,06%.

O BC calcula o resultado das estatais considerando a variação do estoque da dívida líquida. Quando as empresas recebem receitas e criam disponibilidade de caixa ou pagam dívidas, elas registram superávit; quando gastam disponibilidades de caixa ou recorrem a endividamento, registram déficit.

O resultado das estatais passou de superávit para déficit em 2023, quando houve mudança de trajetória tanto entre as federais quanto entre as locais. Economistas afirmam que o resultado negativo corresponde a uma parcela pequena do **PIB**, se comparado com a magnitude do déficit primário como um todo, e tem influência mais limitada na trajetória da dívida pública. Ainda assim, apontam que a mudança de tendência é um sinal a se observar diante da situação fiscal frágil do país.

Os números se referem às estatais não dependentes, ou seja, que não dependem de recursos do Tesouro Nacional para se manter. Esse conjunto não inclui Petrobras, Eletrobras (agora privatizada) nem as instituições financeiras, como Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As chamadas estatais

dependentes entram no Orçamento da União.

No caso do déficit das estatais federais, a secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Elisa Leonel, disse que boa parte do déficit está correlacionada aos aportes que o Tesouro Nacional fez em empresas estatais federais em governos anteriores. Num primeiro momento, os recursos inflaram o superávit primário, e agora, com a realização dos investimentos, as empresas estão utilizando o dinheiro em caixa - que pode vir de receitas próprias, capitalização (aporte) da União, emissão de dívida, entre outros instrumentos - para bancar a fatura, o que se reflete em déficit.

Levantamento da Sest mostra, por exemplo, que em 2019 as empresas estatais federais não dependentes receberam aporte de R\$ 10,1 bilhões e o resultado fiscal apurado foi de superávit de R\$ 10,4 bilhões. Em 2023, a injeção foi de R\$ 1,8 bilhão, e o déficit, de R\$ 200 milhões. "O déficit é contábil, mas a empresa tem caixa para bancar esse investimento que ela está fazendo", disse. "Não há rombo. Há déficit porque a medida de déficit é receita menos despesa que aconteceu no ano. E, no ano, a receita é menor que a despesa porque a despesa que está fazendo é lastreada no caixa de que ela já dispunha de anos anteriores. Rombo não há, não há buraco, não há prejuízo."

Um exemplo dessa situação é o caso da Emgepron, uma empresa pública que recebeu R\$ 9,5 bilhões do Tesouro Nacional entre 2017 e 2019 para construção de navios. Na ocasião, esses recursos não foram gastos e ajudaram a melhorar o resultado das empresas estatais federais. Agora, como os investimentos foram intensificados pela empresa, a contribuição para o resultado primário é negativa. Do déficit de janeiro a agosto deste ano de R\$ 3,37 bilhões, um terço se deve aos investimentos da companhia.

A Emgepron argumenta que o resultado de R\$ 1,2 bilhão observado até julho não significa prejuízo, mas reflete investimentos para a construção de quatro fragatas da classe Tamandaré e do navio polar Almirante Saldanha. Entre 2017 e 2019, a estatal recebeu um aporte de R\$ 10,25 bilhões da União - que influenciou positivamente no resultado daqueles anos. Desde 2020, quando os recursos passaram a ser

aplicados na construção dos navios, passam a ser registrados como déficit, diz a Emgepron.

A Sest estima que as estatais federais vão fechar com um déficit de R\$ 3,7 bilhões neste ano, apesar da meta prevista inicialmente ter sido de R\$ 7 bilhões. Há, contudo, diferenças metodológicas entre o resultado calculado pela Sest e pelo BC, embora os dois apontem um déficit neste ano. Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, há previsão de déficit das estatais federais de R\$ 6,2 bilhões, sendo que R\$ 3 bilhões são de responsabilidade da Emgepron.

De acordo com dados do BC, as estatais federais tiveram déficit equivalente a 0,04% do **PIB** de janeiro a agosto deste ano e de 0,01% do **PIB** em 2023. Foi uma reversão, após quatro anos de resultado positivo, à exceção de 2020, quando o déficit também foi de 0,01%. O resultado acumulado deste ano é o pior desde o ano inteiro de 2009.

Economistas afirmam que o resultado negativo das estatais apontado pelo BC corresponde a uma parcela muito pequena do Produto Interno Bruto (**PIB**), se comparado com a magnitude do déficit primário como um todo, e tem influência mais limitada na trajetória da dívida pública. Ainda assim, apontam que a mudança de tendência é um sinal a se observar diante da situação fiscal frágil do país.

Para o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Barros, o déficit das estatais, mesmo que explicado por um aumento de investimentos, é um alerta sobre o início potencial da reversão do saneamento financeiro feito nessas empresas nos últimos dois governos. "Mesmo sem as estatais subnacionais, o déficit é o pior de toda a série histórica [sem atualização pela **inflação**]. E vale lembrar ainda que a LDO 2024 permitiu que fosse abatido até R\$ 5 bilhões da meta de déficit das estatais federais", afirma o economista. "Ou seja, o excesso de abatimentos da meta que ocorreu em Lula 2 e Dilma 1 está se repetindo em Lula 3, não apenas no âmbito das estatais federais mas também do próprio poder Executivo", completa Barros.

Ele também critica a falta de transparência do governo em relação à consolidação dos dados das empresas públicas, já que o Boletim das Empresas Estatais federais não é publicado há quase dois anos. "A melhor forma do MGI /SEST demonstrar transparência e accountability é voltando a dar publicidade para os dados e relatórios abertos."

"O ritmo relativamente rápido de reversão da trajetória dos resultados das estatais chama atenção nos indicadores de fluxo, especialmente das federais, mas

também das estaduais. É correto afirmar que [o número] tem uma importância relativa quando se compara com o déficit total. Mas se gera déficit atrapalha e vai bater na dívida pública, isso não tem conversa", diz o economista da Warren Investimentos Josué Pellegrini, que foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal.

Para o coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Manoel Pires, uma evolução diferente do resultado das estatais poderia ajudar de alguma forma o resultado do setor público, a despeito da representatividade pequena. "R\$ 7 bilhões é quase nada, muito pequeno, a materialidade é muito baixa. Mas obviamente, quando precisa de muita coisa [para alcançar um déficit zero ou um superávit], essa "melhorzinha" já ajuda", diz o economista.

Na sua análise, no entanto, "é muito difícil a curto prazo vincular as decisões econômico-financeiras das empresas e a qualidade da gestão". As razões para o déficit podem passar por problemas de gestão, mas também por investimentos e atuação em atividades não lucrativas, mas relevantes para a população, como transporte público, por exemplo. Ou seja, não é necessariamente falta de eficiência.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê um déficit das estatais e permite que os investimentos dessas empresas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em um valor de R\$ 5 bilhões, fiquem fora da meta fiscal. Na avaliação do analista do IH Pedro Souza, essa estrutura deu mais flexibilidade para as estatais gastarem: "A LDO permite essa não contabilização das despesas com o PAC nas metas das estatais. Isso dá um certo respiro, as estatais podem ter esse déficit "a mais"."

Pelas contas de Souza, R\$ 1,1 bilhão dos R\$ 3 bilhões de déficit das estatais federais até julho de 2024 se refere a valores investidos no PAC, que podem ficar de fora da meta fiscal dessas empresas. "Provavelmente haverá déficit das estatais federais em 2024, ainda que não alcance o déficit de R\$ 7,3 bilhões estipulado na LDO de 2024. Será o suficiente para atrapalhar o resultado do Governo Central", afirma Pellegrini.

Na sua análise, há uso das estatais para estimular a economia, mas os efeitos negativos só vêm a mais longo prazo, enquanto o impacto positivo a curto prazo é percebido de forma mais evidente: "Nos dados de investimentos do PAC, as estatais estão no meio. O governo as usa como instrumento para estimular a economia. O problema é que nosso fiscal é muito frágil. Isso pode ter um efeito aparentemente benéfico em um primeiro momento, mas o problema aparece

mais à frente, às vezes no governo de outro. São políticas que não se sustentam."

No governo anterior também ocorreram questionamentos em relação à contabilidade das estatais, justamente quando ocorreu a capitalização da Emgepron, em 2019. Relatório do TCU sobre as contas daquele ano destaca que a injeção de capital de R\$ 7,6 bilhões não foi contabilizada pelo teto de gastos, como previa a regra. Porém, o aporte se destinava à aquisição de equipamentos navais que seriam utilizados pela Marinha. "Caso essa aquisição tivesse sido feita diretamente pela Marinha não poderia ser excluída do teto", afirma o TCU, sugerindo que poderia ter ocorrido algum "drible" ao teto de gastos.

No caso das estatais estaduais, especialistas são mais cautelosos para tentar explicar a razão da mudança de trajetória do resultado. "Há oscilações muito significativas na tendência observada no fluxo das estatais estaduais. Mas é difícil explicar porque são 27 Estados, com empresas muito diferentes", afirma Pellegrini. Há quem acredite que os dados estaduais possam refletir alguma das privatizações recentes: a saída das empresas que foram privatizadas e davam lucro para o ente pode ter impacto negativo no resultado consolidado.

"Quando precisa de muita coisa [para déficit zero], essa "melhorazinha" já ajuda"

Manoel Pires

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

Estatais voltam a ter déficit

Resultado primário, em R\$ milhões**

Data	Estatais federais	Estatais estaduais	Estatais municipais
2002	4.965,29	11.967,76	48,91
2003	-3.076,96	11.852,76	678,87
2004	127,17	6.520,88	180,95
2005	2.635,97	8.681,91	281,01
2006	-1.824,87	14.595,14	146,52
2007	-4.131,16	657,04	172,58
2008	-1.006,49	4.925,94	176,76
2009	-3.715,51	6.150,15	620,58
2010	-1.359,32	5.973,43	481,92
2011	1.185,20	3.379,94	985,93
2012	-2.042,07	-3.633,60	559,88
2013	-992,99	-201,43	607,29
2014	-3.444,93	-4.360,01	471,39
2015	-2.680,24	-4.256,35	304,26
2016	-1.219,18	-679,26	464,75
2017	-1.349,36	1.875,22	-12,91
2018	4.734,44	1.017,38	281,17
2019	13.476,44	2.023,74	-8,64
2020	-769,69	5.167,99	70,86
2021	3.449,61	287,06	-428,74
2022	5.115,50	1.536,14	-62,82
2023	-674,95	-1.337,26	-321,80
2024*	-3.374,49	-3.858,22	20,06

Fontes: Banco Central e IBGE. Elaboração: Valor Data. *acumulado de janeiro a agosto ** dados corrigidos pelo IPCA/IBGE de agosto/2024

País pode superar meta e receber 10 milhões de turistas em 2027

Carolina Nalin "O Globo", do Rio

O Brasil avança na captação de visitantes internacionais. Depois de atingir a marca de 4,9 milhões de turistas estrangeiros entre janeiro e setembro deste ano, a expectativa do governo federal é que o país alcance um recorde de 7 milhões até o fim de 2024. E as metas do Plano Nacional de Turismo são ainda mais ambiciosas: elevar esse número para 8,1 milhões até 2027 - embora o ministério e a Embratur, agência de promoção turística do país no exterior, já mirem em superar 10 milhões,

considerando o ritmo de crescimento atual -, além de passar de 93 milhões para 150 milhões de viagens domésticas nesse mesmo prazo.

Para especialistas do setor, essa trajetória é viável graças ao desenho estratégico de ações de promoção e captação de visitantes atual. Além de sediar a COP30, conferência das Nações Unidas para o clima em 2025, em Belém, no Pará, e trazer eventos do Brics durante sua presidência anual em 2025, o Brasil tem fortalecido sua presença em feiras internacionais. Essa foi a visão trazida por autoridades no debate "Caminhos do Brasil", na segunda-feira, dia 21, que discutiu planos para a expansão da indústria do turismo. A série "Caminhos do Brasil" é uma iniciativa de "O Globo" e Valor e da Rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Marcelo Freixo, presidente da Embratur, destacou que a criação de uma equipe interna dedicada à inteligência de dados, mapeando o comportamento de visitantes e do mercado, tem auxiliado na diversificação dos produtos brasileiros no exterior. "A gente tem hoje a possibilidade de ler como o mundo olha para o Brasil. Essa capacidade técnica aumentou muito a nossa capacidade de promoção do país. Que Brasil a gente promove na Europa? Nos Estados Unidos? Temos essa possibilidade diante da diversidade que nós temos", disse.

O presidente da Embratur explicou a importância desse trabalho na promoção de destinos do país ao lembrar que na Conferência da ONU, em Nova York, "promovemos o Brasil, divulgando a Amazônia". "Na França, usamos a Olimpíada de Paris para promover a prática de esportes no Brasil. Cada ferramenta que a

gente tem em cada mercado aumentou muito a eficiência da promoção do Brasil", declarou Freixo.

O turismo representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e, segundo Freixo, a expectativa é bater recorde de receita e número de turistas neste ano. De janeiro a agosto, a arrecadação dessa indústria chegou a US\$ 4,8 bilhões, uma alta de 9% em relação ao mesmo período do ano passado, informou o presidente da Embratur. No calendário de eventos internacionais do setor, a Embratur participou, por exemplo, da Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT), em Buenos Aires, na Argentina, em parceria com o Ministério do Turismo. Na ocasião, foi anunciado um plano de promoção específico para o Rio Grande do Sul para apoiar a reconstrução do Estado após as enchentes ocorridas em maio deste ano.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, ressaltou os esforços do governo para intensificar a promoção dos destinos gaúchos. A reabertura do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, na segunda-feira, após cinco meses, será instrumento importante, disse. "Vamos intensificar a promoção de destinos do Rio Grande do Sul, para que, agora, com o aeroporto funcionando, voltemos a receber não só os turistas regionais, mas de outros países, como Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina", afirmou.

A atração de eventos internacionais e o seu papel na promoção de uma imagem positiva do Brasil foi outra frente mencionada pelo ministro. É o caso da COP30 em Belém, citou Sabino, que ajudará a emitir uma boa visão do país para chefes de Estado, ministros e membros da sociedade civil. No comando dos Brics em 2025, o Brasil será também palco para outros eventos de grande visibilidade e que deverão contribuir para destravar gargalos do mercado turístico brasileiro, segundo Sabino.

Desafios de segurança pública e infraestrutura são os principais entraves, apontou Sabino. "Claro que existem episódios de insegurança no país, mas isso existe em todo lugar e temos conseguido superar. Na área de infraestrutura, temos desafios como todos os países emergentes. Estamos enfrentando de peito aberto, com infraestrutura pública e apoio da iniciativa privada", disse.

Esse esforço de promoção internacional precisa ser acompanhado pelas agências de viagens para garantir que o turista tenha uma experiência à altura do prometido, lembrou Ana Carolina Medeiros, presidente do conselho da Abav Nacional, que reúne essas empresas. "Temos que fazer todo o trabalho para que o turista conheça aquele destino e volte sempre, com transporte interno eficiente, boa hotelaria e guias especializados", argumentou Medeiros.

A política de vistos não deve afetar o fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil, ponderou Freixo. Ele explicou que o Brasil obteve avanços importantes em acordos com nações como o Japão, em que não há exigência mais de vistos entre os dois países. "Foi fruto de muito diálogo conduzido pelo Celso (Amorim, assessor especial da Presidência). Já em outros países tem uma delicadeza. Tem que olhar para economia, turismo, diplomacia e priorizar o bom senso", disse ele, frisando que prevalece o princípio da reciprocidade nestes acordos.

José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, avalia que o turismo é uma "oportunidade de ouro" para o Brasil. No entanto, acredita que existe ainda um descompasso entre a vocação turística do Brasil e o número atual de visitantes estrangeiros que o país recebe, conferindo espaço um para crescimento.

"Com foco e boas políticas públicas voltadas para resolver os conhecidos gargalos do setor, o país tem tudo para acertar o passo e conquistar o lugar de destaque que lhe cabe como opção do turismo global", defendeu Tadros.

"Agente tem hoje a possibilidade de ler como o mundo olha para o Brasil" Marcelo Freixo

"Na área de infraestrutura, temos desafios como todos os países emergentes"

Celso Sabino

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

Em alta

Projeções para o turismo

8,1 milhões

de visitantes

internacionais em 2027

é a meta traçada pelo governo que, no entanto, avalia ser possível superar 10 milhões



150 milhões

de viagens domésticas

é o movimento anual previsto para 2027. Este ano serão 93 milhões



Resistência da economia global surpreende (Artigo)

Por Martin Wolf

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do FT.

"Uma pandemia única em um século, a eclosão de conflitos geo-políticos e eventos climáticos extremos desestabilizaram as cadeias produtivas, provocaram crises alimentares e energéticas e levaram os governos a tomar ações inéditas para proteger as vidas e os meios de subsistência". É assim que o mais novo Panorama Econômico Mundial (WEO) do Fundo Monetário Internacional (FMI) descreve os eventos econômicos ocorridos desde o início de 2020.

Ainda assim, vista como um todo, a economia mundial tem mostrado resiliência. Infelizmente, os países em desenvolvimento têm mostrado menos do que os países de alta renda - beneficiados por uma maior margem de manobra em suas políticas públicas. Em suma, enquanto os de alta renda "voltaram aos níveis de atividade e de inflação que se projetavam antes da pandemia", os países em desenvolvimento "estão mostrando cicatrizes mais permanentes".

Um fato notável, contudo, é que o aumento da inflação, em grande medida inesperado, dissipou-se a um custo baixo em termos de produção e de emprego. Por outro lado, o núcleo da inflação também tem mostrado persistência, observa o FMI. Um ponto crucial é que "o núcleo da inflação dos preços dos serviços essenciais, em 4,2%, está cerca de 50% maior do que antes da pandemia em importantes economias avançadas e emergentes (excluindo os EUA)". A pressão para que os ritmos dos salários e preços voltem à é o principal motivo para isso. No entanto, como os hiatos dos produtos estão se fechando, o FMI tem a esperança de que essa pressão salarial também diminua.

Tanto o salto da inflação quanto seu notavelmente indolor declínio precisam de explicações. Entre elas, argumenta o WEO, está a queda mais rápida do que o esperado nos preços das fontes de energia e a forte recuperação da oferta de trabalho, impulsionada por surtos inesperados impopulares) na imigração.

Uma explicação mais sutil para o comportamento da inflação é que a interação entre o aumento da demanda pós-pandemia e as restrições de oferta

tornaram a relação entre a ociosidade na economia e a inflação mais acentuada. Dessa forma, a inflação subiu acima do previsto quando a demanda aumentou, mas caiu mais rápido do que o esperado à medida que a oferta e a demanda se equilibraram. A política monetária desempenhou um papel em ambas as direções, ao estimular e depois restringir a demanda, mas também (quando os juros subiram) ao reforçar a credibilidade das metas de inflação.

Uma característica digna de nota desde 2020 tem sido a mudança na relação entre política monetária e fiscal. Durante a pandemia, ambas foram ultraexpansionistas. No entanto, após 2021, a política monetária foi apertada, enquanto a política fiscal permaneceu expansionista, em especial nos EUA. Os juros mais altos, então, elevam os déficits fiscais. Existe, entretanto, uma grande divergência entre os EUA e a região do euro nas perspectivas fiscais: pelas projeções do FMI, a dívida pública dos EUA subirá para quase 134% do **PIB** em 2029; na região do euro, por outro lado, a proporção da dívida pública em relação ao **PIB** deve se estabilizar em cerca de 88% em 2024, embora com grandes diferenças entre os países que a compõem.

Outra recente característica importante da economia mundial é que, desde o ataque da Rússia à Ucrânia em 2022, a taxa de crescimento do comércio exterior entre "blocos" desacelerou-se mais do que dentro deles, sendo que um "bloco" está centrado nos EUA e na Europa e o outro, na China e na Rússia.

O FMI não mudou muito suas estimativas e projeta um crescimento mundial próximo de 3%. Isso, pressupondo que não haja grandes choques negativos, que o crescimento do comércio exterior acompanhe o da produção, que a inflação se estabilize, que as políticas monetárias sejam apertadas e que as políticas fiscais sejam afrouxadas. As projeções do FMI mostram que o crescimento dos EUA, na comparação entre os quartos trimestres, cairá de 2,5% em 2024 para 1,9% em 2025, e que o da zona do euro terá leve aceleração, para 1,3%. Para a Ásia em desenvolvimento projeta-se um crescimento de 5% em 2025, para a China, de 4,7%, e para a Índia, de 6,5%.

Os riscos, infelizmente, são abundantes. A política monetária do passado pode ter impactos mais fortes

do que os agora previstos, talvez provocando recessões. Se a **inflação** for mais forte do que a projetada, a política monetária ficaria mais apertada do que a imaginada, o que poderia afetar a estabilidade financeira. O impacto dos juros mais altos sobre a sustentabilidade da dívida pode ser maior do que o esperado, em particular nos países emergentes e em desenvolvimento. Os problemas macroeconômicos da China podem ser maiores do que o previsto, à medida que seu setor imobiliário se retrai e as medidas econômicas compensatórias permanecem limitadas. Caso Donald Trump se torne presidente dos EUA e lance suas medidas comerciais, as chances de uma guerra comercial total seriam consideráveis, com consequências imprevisíveis para a economia mundial e as relações internacionais.

Além disso, a eleição dos EUA será decidida pacificamente? Também há a chance de intensificação das guerras existentes ou do surgimento de novas. Tais eventos poderiam levar a novos saltos nas cotações das commodities, possivelmente (ou provavelmente) agravados por rápidas mudanças climáticas.

Tudo isso é assustador. Também vale a pena citar, porém, os possíveis lados positivos. Reformas e uma retomada da confiança poderiam levar ao aumento dos investimentos. A inteligência artificial e a revolução energética poderiam impulsionar os investimentos e o crescimento. É até possível que a humanidade decida ter coisas melhores a fazer do que intensificar a hostilidade e a estupidez a níveis cada vez mais altos.

O FMI ressalta a necessidade de garantir um pouso suave para a **inflação** e a política monetária. Também ressalta a necessidade mais imediata de estabilizar as contas públicas, ao mesmo tempo em que se promove o crescimento e se reduz a desigualdade. No médio prazo, torce por reformas estruturais mais fortes, como a melhoria do acesso à educação, a redução dos elementos de rigidez no mercado de trabalho, o aumento da taxa de participação na força de trabalho, a redução das barreiras à concorrência, o apoio a startups e o avanço da digitalização. Não menos importante, deseja a aceleração da transição verde e uma maior cooperação multilateral.

Se ao menos alguma divindade pudesse forçar a humanidade a ser assim sensata. Na prática, como sempre, isso caberá a nós. (Tradução de Sabino Ahumada)

Os riscos são abundantes. A política monetária do passado pode ter mais impactos do que o previsto, talvez provocando recessões. Se a **inflação** for mais forte, o aperto monetário será maior do que o imaginado, o que poderia afetar a estabilidade

financeira

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020?page=24§ion=1>

As razões para os juros altos no Brasil - PALAVRA DO CONSULTOR

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

A diferença atual entre a taxa de juros e a **inflação** no Brasil é significativamente maior do que na África do Sul, por exemplo.

Usando o arcabouço teórico dos ganhadores do prêmio Nobel de Economia de 2024 é possível imaginar que a razão para isso é o Banco Central (BC) ter sido transformado, ao longo do tempo, numa instituição "extrativista". Os interesses do sistema financeiro local dominam as decisões de política monetária.

Ou talvez não seja nada disso. O problema verdadeiro é que outros grupos da sociedade brasileira capturaram parcela do Estado e obrigam o governo a gastar mais do que arrecada.

Com um déficit fiscal elevado e crescente, a única saída é o governo emitir títulos com juros cada vez maiores. E o excesso de demanda provocado por um orçamento deficitário obriga o BC a manter os juros altos para controlar a **inflação**.

Ou o motivo para os juros elevados pode ser a taxa de crescimento da dívida pública.

A relação entre o estoque da dívida e o Produto Interno Bruto (**PIB**), um indicador que busca contabilizar tudo o que o país produz em um determinado ano, não pode subir indefinidamente.

De modo parecido com a situação de uma família, se a dívida sobe mais do que as receitas, em determinado momento haverá uma crise de solvência. Os juros mais altos aqui, então, seriam decorrentes desse risco.

São todas explicações factíveis para justificar que a diferença entre juros e **inflação** seja maior no Brasil do que em outros países. Mas a **inflação** também pode ter outras causas.

Existe a possibilidade de que o aumento dos preços em certo período fique transitoriamente acima da meta perseguida pelo BC por causa de choques de oferta. À medida que o equilíbrio entre oferta e demanda se estabilize, os preços poderiam voltar a ficar estáveis.

Todas essas argumentações econômicas podem ser modeladas. Significa estabelecer relações de causas e efeitos e atribuir parâmetros e equações para prever os efeitos futuros.

No entanto, uma crítica frequente aos modelos econômicos é que eles não necessariamente refletem a realidade. É o argumento, por exemplo, do economista David Deming em artigo recente na revista "The Atlantic".

Muitas vezes os modelos acabam sendo construções teóricas para testar e embasar conclusões de pesquisas anteriores feitas por outros economistas. Daí, argumenta Deming, a concentração de prêmios para economistas de apenas oito universidades americanas.

O prêmio Nobel deste ano de uma certa forma confirma a tese. Trabalhos sobre a importância das instituições já tinham sido desenvolvidos anteriormente por Douglass North, vencedor do prêmio em 1993.

O ponto fundamental para o investidor brasileiro é entender as razões para que os juros por aqui sejam tão altos. E como exatamente o BC pretende atingir o objetivo de reduzir a **inflação**, atualmente em cerca de 4,5% ao ano.

A taxa Selic hoje está em 10,75% ao ano. Mas a previsão consensual é de um aumento de mais meio ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para a primeira semana de novembro.

As taxas de mercado para prazos mais longos estão ainda mais altas. O Tesouro Prefixado com vencimento em janeiro de 2029, por exemplo, tem remuneração de 13% ao ano.

A interpretação é que existe a perspectiva de que a taxa Selic irá subir ainda mais.

Isso porque para que um investimento no Tesouro Selic acabe com o mesmo rendimento do Tesouro Prefixado, a taxa básica de juros teria que aumentar de hoje até o começo de 2029.

Já o Tesouro IPCA com vencimento em maio de 2029

tem juros de quase 7% ao ano. No jargão de mercado, a diferença entre os juros dos títulos prefixados e dos juros dos títulos indexados à **inflação** é conhecida como "**inflação** implícita".

A diferença entre as taxas do Tesouro Prefixado e do Tesouro IPCA, portanto, sinaliza uma estimativa de **inflação** de cerca de 6% ao ano. Como o valor é muito acima das projeções dos economistas consultados pelo BC, a conclusão é que, no momento, as expectativas estão muito desalinhadas.

Ou a economia brasileira começa a apresentar uma **inflação** muito maior do que a que tem sido registrada nos últimos 12 meses, ou, então, os juros dos títulos prefixados estão exageradamente altos.

Esse é o desdobramento que precisa ser acompanhado. Caso contrário, as análises econômicas correm o risco de ficarem baseadas em modelos teóricos cada vez mais distantes da realidade.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188020>

O pessimismo crônico mais uma vez cai por terra (Editorial)

O cenário econômico brasileiro, com a revisão positiva das projeções de crescimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), revela uma dicotomia que vai além dos números. O FMI, que elevou a previsão de crescimento do **PIB** brasileiro de 2,1% para 3% em 2024, reflete uma economia que surpreende, impulsionada por fatores como o aumento da renda, o controle da **inflação** e a recuperação do mercado de trabalho.

Afinal, se a economia segue em trajetória de alta, com **inflação** controlada e aumento da renda, por que não reconhecer que há mérito na condução econômica atual?

Site: <https://www.jornalmeio.com/jornais/20241023>

Ainda assim, a leitura pessimista e desconfiada de parte do mercado financeiro e de certos setores da mídia insiste em subestimar o impacto das políticas públicas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse pessimismo crônico não é novo, mas se acentuou com o retorno de Lula ao poder.

O "mercado" parece incapaz de aceitar que o crescimento econômico possa ser fruto de uma combinação estratégica de estímulos fiscais, políticas redistributivas e gestão eficiente. A narrativa predominante é de que, se o Brasil cresce, trata-se de um efeito temporário, alimentado por "gastos excessivos" do governo, como se a única fórmula aceitável para a economia fosse o corte de despesas e a austeridade.

É curioso que, mesmo diante de um desempenho acima das expectativas, com crescimento trimestral de 1,4% e recordes de arrecadação, a reação seja quase sempre a mesma: "as coisas estão boas agora, mas vão piorar". O mercado adota um cinismo quase previsível, desmerecendo os resultados com a previsão de um futuro sombrio, sempre à espreita. Talvez seja hora de repensar essa postura. Não se trata de sorte, como alguns críticos tentam simplificar. O que estamos vendo é uma gestão econômica que alia crescimento com responsabilidade fiscal.

Sim, há desafios pela frente, como a desaceleração projetada para 2025, quando o crescimento pode cair para 2,2%.

Contudo, a insistência em focar no lado negativo, sem reconhecer os avanços, revela mais uma agenda política do que uma análise econômica objetiva. O mercado precisa parar de subestimar o Brasil e começar a aceitar que políticas progressistas podem, sim, gerar crescimento sustentável.